



20 ANOS
FORUM
MARVÃO
OLHAR O FUTURO
SOBRE OS ATIVOS DO TERRITÓRIO
LIVRO DE ATAS DIGITAL

LIVRO DE ATAS DIGITAL

II FORUM MARVÃO

5 DE NOVEMBRO DE 2022

OLHAR O FUTURO SOBRE OS ATIVOS DO TERRITÓRIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARVÃO, 24 DE JANEIRO DE 2023

DISCURSOS DE ABERTURA	4
Jorge Marques - Presidente da Assembleia Municipal de Marvão	4
Luis Vitorino - Presidente da Câmara Municipal de Marvão.....	6
António Ceia da Silva – Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.....	7
PAINEL 1: 20 ANOS DE FÓRUM MARVÃO ... DE ONDE VIEMOS, PARA ONDE CAMINHAMOS	8
Manuel Bugalho - Ex autarca Presidente da Câmara Municipal de Marvão à data do 1º Fórum	8
Ana Paula Amendoeira - Diretora Regional de Cultura do Alentejo	9
António Campesino - Catedrático de Geografia Urbana y Regional Universidad de Extremadura, Cáceres: MARVÃO, CANDIDATA A PATRIMÓNIO MUNDIAL: 40 años de investigacion geográfica em la Raya Ibérica, 1982- 2022	10
PAINEL 2: MARVÃO, OS ATIVOS TERRITORIAIS.....	38
José Pinto Leite - especialista em Gestão e Políticas Ambientais: Olhar futuro sobre os ativos territoriais.....	38
Luis Loures - Presidente do Instituto Politécnico de Portalegre.....	46
Padre Marcelino Marques - Dirigente de IPSS: Marvão, Activos Territoriais.....	47
PAINEL 3: UMA VISÃO JOVEM SOBRE MARVÃO, O QUE QUEREMOS PARA O FUTURO.....	61
Isabel Machado: “Perspetivas sobre o desenvolvimento do concelho”.....	61
Leonor Sobreiro: “Fórum Marvão - Há ir e voltar ... e há chegar.”.....	65
Tiago Branco: “Paisagem e Património - Cultivos urbanos e paisagem ativada”	67
Mafalda da Cruz Machado: “Desenvolvimento social em Marvão: Haverá espaço para as/os jovens?”.....	80
Margarida Ramos: “Marvão não foi feito só para os turistas”.....	91

PAINEL 4: O DIAGNÓSTICO E A VISÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS	
 SOBRE OS ATIVOS DO TERRITORIAIS	104
Jaime Miranda - Grupo municipal do Partido Socialista	104
SESSÃO DE ENCERRAMENTO	105
André Barrigas - Presidente da Assembleia Municipal de Castelo de Vide	105
Luis Romão - Presidente da Assembleia Municipal de Portalegre	106
Albino Almeida - Presidente da Associação Nacional das Assembleias Municipais	
.....	107
Jorge Marques - Presidente da Assembleia Municipal de Marvão	108

DISCURSOS DE ABERTURA

Jorge Marques - Presidente da Assembleia Municipal de Marvão

A Assembleia Municipal de Marvão (AM) entendeu no âmbito das suas atribuições, promover a celebração dos 20 anos do Fórum Marvão.

Os principais objetivos desta ação, foi promover a reflexão sobre o futuro do concelho, revistando o fórum de há 20 anos, homenagear a sua organização e participantes, e promover a participação dos jovens.

Para alcançar estes objetivos incentivámos a participação voluntária dos jovens, promovendo nas redes sociais do município a sua participação, e desenhámos um programa, em que juntámos, participantes e oradores de há 20 anos, elementos da organização, a que acrescentámos a participação de personalidades ligadas ao concelho e às instituições locais e regionais, bem como os presidentes das assembleias municipais dos concelhos vizinhos de Castelo de Vide e de Portalegre e do Presidente da Associação Nacional das Assembleias Municipais.

Para a logística contamos com a colaboração dos serviços do município, agradecendo a colaboração do executivo municipal, e do Centro Cultural de Marvão.

A participação de mais de seis dezenas de inscritos e a excelência das comunicações de oradores, bem como a reflexão incisiva e lúcida dos jovens que entenderam participar, fez deste dia um êxito que ecoou dentro e fora do Concelho de Marvão.

Consideramos essencial, que a reflexão sobre as singularidades do nosso território, e os caminhos do seu desenvolvimento, e da sua sobrevivência, possam ocorrer com regularidade, de forma a apoiar os

decisores políticos, mas também, permitindo a participação cívica dos cidadãos, bem como a reflexão sobre os caminhos a trilhar no futuro, e esperamos que não passem outros 20 anos, para ocorrer outro momento semelhante.

Refira-se que as intervenções dos jovens que estão explanadas neste livro, têm um traço comum: a vontade de continuar na sua terra se para isso tiveram condições de vida e de trabalho, em suma, que tenham qualidade de vida e possam aqui continuar.

Este é também o nosso desejo e a nossa vontade.

Termino agradecendo a todos os participantes, oradores, entidades locais e regionais, pelo privilégio da partilha que tivemos, e que, com este livro poderá chegar a outros, mas também figurar como elemento para reflexão futura.

Obrigado!

Luis Vitorino - Presidente da Câmara Municipal de Marvão

(apresentou uma comunicação oral)

António Ceia da Silva – Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional do Alentejo

(apresentou uma comunicação oral)

PAINEL 1: 20 ANOS DE FÓRUM MARVÃO ... DE ONDE VIEMOS, PARA ONDE CAMINHAMOS

Manuel Bugalho - Ex autarca Presidente da Câmara Municipal de Marvão à data do 1º Fórum (apresentou uma comunicação oral)

Ana Paula Amendoeira - Diretora Regional de Cultura do Alentejo
(apresentou uma comunicação oral)

“RESUMEN

Se cumplen ahora 40 años de investigación geográfica universitaria en la Raya/Raia ibérica, aniversario que exige el retorno a las raíces en respuesta a la pregunta del Panel 1 (*20 anos de Fórum Marvão ... De onde viemos, para onde caminamos*). Territorio, urbanismo, arquitecturas abaluartadas y turismo han conformado los pilares de sucesivos e imbricados proyectos de investigación, liderados por la cátedra de Geografía Urbana y Regional de la Universidad de Extremadura desde 1982. En este largo proceso, las ciudades abaluartadas dejaron de ser obsoletas máquinas de guerra para, rehabilitadas y civilizadas, alcanzar la categoría de Bienes del Patrimonio Mundial en Serie. El *I Fórum Marvão de 2002* sirvió de apoyo a la candidatura de la villa a Patrimonio Mundial, utopía no lograda en 2006; ahora, dos décadas después, el reto de plantea de nuevo con la exigencia de convertirse en realidad. Y a dicha meta volvemos a prestar nuestra colaboración.

MARVÃO, CANDIDATE FOR WORLD HERITAGE:

40 years of geographical research in the Iberian Raya, 1982-2022

ABSTRACT

Now marks 40 years of university geographic research in the Iberian Raya/Raia, an anniversary that demands a return to the roots in response to the question from Panel 1 (*20 years of Fórum Marvão... From where we saw, to where we walked*). Territory, urbanism, bastioned architectures and tourism have formed the pillars of

successive and overlapping research projects, led by the Chair of Urban and Regional Geography of the University of Extremadura since 1982. In this long process, bastioned cities ceased to be obsolete machines of war to, rehabilitated and civilized, reach the category of World Heritage Sites in Series. The I Fórum Marvão in 2002 served as support for the town's candidacy for World Heritage status, a utopia not achieved in 2006; now, two decades later, the challenge is raised again with the demand to become a reality. And to this goal we lend our collaboration again.

1. TERRITORIO Y CIUDADES ABALUARTADAS DE LA RAYA IBÉRICA (1982-2022)

El proyecto de investigación transfronteriza "*Territorio y Ciudades Abaluartadas en la Raya/Raia Ibérica*" inició su andadura en 1982 en la villa de Olivenza, con ocasión de las *Primeras Jornadas Internacionales de Estudio de la Ciudad Histórica*, coordinadas por el arquitecto José Manuel Pagés Madrigal (Pagés, 1982) y patrocinadas por la Unión Internacional de Arquitectos (UIA) que, infortunadamente, no se publicaron.

Un proyecto pionero -anterior al Estado de las Autonomías y precursor en una década al inicio de la cooperación transfronteriza (1992)- en la consideración patrimonial del territorio, urbanismo y arquitecturas militares fronterizas luso-extremeñas para su catalogación, protección, rehabilitación, refuncionalización y civilización.

La ignota Raya/Raia ibérica se convirtió en la línea prioritaria de investigación de mi cátedra de Geografía Urbana y Regional (Campesino, 1987) a diferentes escalas geográficas: ibérica (Campesino y Velasco, 1986), regional (Campesino, 1994; 1997),

comarcal (Campesino, 1986a; 1987a), municipal (Campesino y Ferrera, 1989), (Campesino, 1995) y transfronteriza, (Campesino, 1992; 1994a).

En 1994 se internacionalizó dicho proyecto, mediante la firma de un convenio interuniversitario entre la Faculdade de Arquitectura da Universidade Moderna de Lisboa, el Departamento de Urbanística de la Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Sevilla y el Departamento de Geografía y Ordenación del Territorio de la Universidad de Extremadura, para el estudio patrimonial de las ciudades abaluartadas extremeñas-alentejanas.

A tal fin, creamos el *Centro de Estudios de Arquitecturas Transfronterizas* (CEAT), con sede en el Convento de San Juan de Dios de Olivenza, y diseñamos el programa de investigación aplicada "Talleres d'Arquitecturas na Raia" (1995-2001)", mediante prácticas urbanas estivales de alumnos tutorizados de Arquitectura (Lisboa) y de Geografía (Cáceres) y de universidades nacionales y extranjeras (Alemania, Italia), que fueron orientados al conocimiento y ordenación urbanística de los centros históricos fortificados de frontera: Olivenza (1995); Castelo de Vide (1996); Alburquerque (1997); Borba (1998), Beja (1999) y Elvas (2001), cuyos resultados se plasmaron en varias publicaciones (Pagés y Estévez, 1997; 1999).

Tuvo su materialización profesional aplicada en el encargo por el Ayuntamiento de Badajoz en 1992 de la redacción del *Plan Especial de Protección del Patrimonio Urbano de Badajoz (PEPPUBA): Casco Intramuros*, entregado en 1995, pero que la Corporación del Partido Popular con el alcalde Miguel Ángel Celdrán Matute se negó a tramitar.

Dio lugar a la Tesis Doctoral "El territorio fronterizo extremeño-alentejano: asentamientos, arquitecturas y urbanismo", redactada por

el arquitecto José Manuel Pagés Madrigal, bajo mi dirección (codirigida, al final, por José León Vela, catedrático de Urbanística de la Universidad de Sevilla), que se defendió en la ETSA de Sevilla en 1995.

Desde ese año, conferí al proyecto respaldo académico como Curso de Doctorado: Territorio y ciudades abaluartadas de la Raya Ibérica (Campesino, 1995-2009), dentro del Programa de Doctorado del Departamento de Geografía y Ordenación del Territorio de la Universidad de Extremadura, en el que se matricularon arquitectos y profesionales del urbanismo portugués, junto a geógrafos de la licenciatura. Ello permitió continuar la investigación sobre el territorio rayano (Campesino, 2001), para desvelar la planimetría histórica inédita (Campesino, 2006).

El 6 de febrero de 2003, la arquitecta Isabel de Sousa Rosa, profesora de la Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa defendió en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Extremadura en Cáceres su Tesis de Doutoramento sobre "El diseño de ciudad medieval portuguesa" (Sousa, 2003), que realizó bajo mi dirección.

2. COOPERACIÓN TRANSFRONTERIZA EN PATRIMONIO Y TURISMO (1992-2016)

Extremadura asumió las competencias patrimoniales autonómicas en 1983. Con la desaparición de la frontera administrativa internacional en 1986, hasta la firma de los Protocolos (Alentejo, 1992 y Região Centro, 1994) no se fraguaron los primeros esbozos de cooperación transfronteriza a través de los Programas Operativos INTERREG, en materia de Ciudades Abaluartadas de la Raya/Raia, declaradas Conjuntos Históricos: Almeida (1928), Ciudad Rodrigo (1944), San

Felices de los Gallegos (1966) y el Real Fuerte de la Concepción (1992).

Desde 1992, las comisiones de Patrimonio y Turismo del Gabinete de Iniciativas Transfronterizas de la Junta de Extremadura, y las homónimas alentejanas desarrollaron iniciativas concernientes al inventario, estudio, protección y promoción de castillos y fortificaciones de las ciudades rayanas, y de sus entornos envolventes que se tradujeron en publicaciones bilingües como la *Guía Turística de Extremadura-Alentejo* (Gabinete de Iniciativas Transfronterizas, 1995).

Las políticas de intervención se centraron en la conservación, la restauración, la reutilización y la interpretación de las fortificaciones con fines turístico-culturales, a partir de la experiencia emprendida por la Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León con la Ruta de las Fortificaciones de Frontera. Punto de Encuentro, cofinanciada por el INTERREG II.

En la Beira interior, el Programa Comunitário de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal se inició en el bienio 1994-1996 con la acción piloto de selección de 15 núcleos, entre los que destacaba la potente villa abaluartada de Almeida, enfrentada a Ciudad Rodrigo con el refuerzo del Real Fuerte de la Concepción del siglo XVIII.

En 2004, entre el Instituto Politécnico de Portalegre (Prof. Domingos Bucho) y la Facultad de Filosofía y Letras de la UEX (Prof. Antonio-J. Campesino), como entidades académicas, y la Região de Turismo do Alentejo y la Dirección General de Turismo de la Junta de Extremadura, como entidades políticas, diseñamos el *Projecto Rota dos Castelos da Raia/Ruta de los Castillos de la Raya (Alentejo-Extremadura)*, candidatura que fue presentada al Eixo 2, Medida 2.4 del Programa Operativo INTERREG IIIA. Tenía como objetivo principal la valoración científica y la promoción turístico-cultural internacional del rico

patrimonio histórico-arquitectónico militar (131 fortificaciones, medievales y modernas de la raya de Alentejo-Extremadura), que debería inducir a los responsables políticos y técnicos municipales y regionales a su preservación, civilización y refuncionalización con nuevos usos culturales (núcleos museológicos y centros de interpretación) para la promoción turística del territorio, bajo la imagen del producto: "Alentejo-Extremadura: Terras de Guerra e Paz". Por desgracia, el proyecto fue desestimado por falta de apoyo de los entes políticos extremeños.

Los resultados de las políticas de cooperación transfronteriza sobre Patrimonio y Turismo en la Raya/Raia ibérica (Extremadura-Alentejo-Região Centro) los hemos recogido en varias publicaciones que cubren sus tres etapas: *Primera Generación, 1992-2006* (Campesino; Sánchez; Rengifo, 2008), del *POCTEP, 2007-2013*, y *Segunda Generación (2014-2020)* en el número monográfico de la Revista POLÍGONOS, bajo mi coordinación, (Campesino, coord., 2017), y específicamente en el ámbito extremeño de la Euroregión Alentejo-Centro-Extremadura (EUROACE) (Campesino, 2017a).

3. EL RECONOCIMIENTO DE ICOMOS (1999) Y LA UTOPIÍA DEL PATRIMONIO MUNDIAL

Con mi incorporación a la Junta Directiva del Comité Nacional Español de ICOMOS en 1997, procedí a insertar nuestro proyecto rayano en el Proyecto del Comité Internacional de Itinerarios Culturales (CIIC) de ICOMOS, con sede en España, acordado en el *Seminario Internacional sobre Fortificaciones Abaluartadas Hispano-Portuguesas, una Ruta Cultural entre Cinco Continentes*, que se celebró en Ibiza del 18 al 22 de mayo de 1999 (Icomos, 1999). En dicho evento participamos con una ponencia sobre arquitectura abaluartada en la raya (Campesino y

Pagés, 1999). Entre las recomendaciones emanadas del mismo, surgió el compromiso de proceder al *Inventario de las Fortificaciones Abaluartadas Hispano-Portuguesas en el Mundo*, conforme a la Ficha Técnica del CIIC de ICOMOS.

En paralelo, desde mi cátedra de Geografía Urbana y Regional del Departamento de Geografía y Ordenación del Territorio de la Universidad de Extremadura, el proyecto de investigación interuniversitario "*Territorio y Ciudades Abaluartadas en la Raya Ibérica: de Frontera a Paisaje Cultural de la Humanidad*" se contagió a los geógrafos de las universidades rayanas: *Santiago de Compostela* (González y Lois, 1996) y (Soraluce, 1985) y *Salamanca* (Rodríguez, 1987). A ellos se unieron en *Cáceres* los historiadores del Arte (Navareño, 1985; 2000) y (Cruz, 1999; 2007), los historiadores modernos (Testón; Sánchez; Sánchez, 2003; 2006) y los arquitectos especialistas (Cobos y Campos, 2013).

La primera puesta en común de experiencias investigadoras regionales se produjo en el *Curso Internacional de Verano de la Universidad de Extremadura*, que organizamos en julio del 2001 en la ciudad de Elvas (Campesino y Pagés, 2001), en paralelo a la celebración de la sexta edición de las "Arquitecturas na Raia: Elvas, 2001". Allí coincidimos en la pretensión de ensamblar los enormes potenciales rayanos (paisaje, urbanismo, patrimonio, turismo y medio ambiente) y dar un giro de 180 grados modificando las percepciones negativas del territorio fronterizo marginal (*frontierland*) y del urbanismo y de las arquitecturas militares, por las positivas patrimoniales de paisaje cultural, con pretensiones creíbles de su aspiración a Patrimonio Mundial, para el desarrollo turístico-cultural de las frágiles economías rurales de frontera.

Tal aspiración comenzó a tomar forma a partir del 17 de julio de 2005, cuando el Consejo del Patrimonio Histórico Español incluyó las

fortificaciones abaluartadas fronterizas en la Lista Indicativa del Patrimonio Mundial de España, y su homónimo portugués (Instituto Português do Patrimônio Artístico —IPPAR—) hizo lo propio con As Fortificações de Elvas, en la Lista do Património Mundial de Portugal, antesalas obligadas y requisitos previos para la redacción y presentación de los expedientes de las respectivas candidaturas ante la UNESCO de cara a su potencial inclusión en el Patrimonio Mundial.

Nuestra pionera investigación transfronteriza nos permitió a los profesionales universitarios, que redactábamos planeamiento urbanístico y patrimonial en la Raya/Raia ibérica avanzar en el proceso de inventariado y catalogación de las arquitecturas militares disfuncionalizadas, considerarlas como patrimonio cultural (Campesino, 2004) y establecer propuestas de rehabilitación y refuncionalización con usos culturales e institucionales. La original disposición de ciudades pareadas con funciones defensivas, frente a frente en ambos lados de la Raya/Raia era excepcional y muy apropiada para la consideración de Paisaje Cultural, como dejé constancia en la coordinación del Monográfico 6 de la Revista del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico -RAPH- con sede en Sevilla (Campesino, 2006a).

3.1. Marvão, Candidata a Patrimonio Mundial (2001-2006)

El primer expediente de candidatura de ciudad abaluartada de la Raia ibérica a Patrimonio Mundial fue el de Marvão, redactado por la Comissão Técnica-Científica, presidida por el profesor Domingos Bucho (Bucho, dir, 2001).

A petición del Excmo. Sr. D. Manuel Bugalho, Presidente da Câmara Municipal de Marvão, y del Profesor Domingos Bucho, emití el siguiente Informe el 8 de noviembre de 2001:

“Que para la inscripción de un Conjunto Histórico en Lista del Patrimonio Mundial de la UNESCO, éste ha de ser portador de un *valor universal excepcional*, debiendo reunir los requisitos de autenticidad en relación a su concepción, entorno, materiales, carácter y singularidad. Además de los criterios antedichos, el Comité tendrá en consideración la existencia de: adecuada protección jurídica, instrumentos de planeamiento especial de protección, rehabilitación y refuncionalización, y mecanismos de gestión estratégica municipal necesarios para garantizar dicha protección.

Que la estricta aplicación de los parámetros de referencia a Marvão, Conjunto Histórico cuyo dossier de Candidatura a la Lista Indicativa del Patrimonio Mundial fue recientemente aprobado en Sidney, me permiten avalar en justicia la Candidatura de Marvão a Patrimonio Mundial, como testimonio de villa medieval de la raya ibérica con emplazamiento, estructura urbana y renta de situación incontestables”.

En octubre de 2002, el profesor Domingos Bucho organizó el *I Forum Marvão, Encontros Internacionais do Património, do Turismo e da Animação*, que reunió en la villa a geógrafos (Jorge Gaspar, Antonio Campesino), historiadores (António Ventura) e historiadores del Arte (Francisco Javier Pizarro), miembros de ICOMOS y representantes políticos en apoyo profesional a la candidatura a Patrimonio Mundial, con publicación de las actas en 2005 (Domingos, coord., 2005; 2005a), a las que aporté un artículo sobre los centros históricos abaluartados de Extremadura, planimetría y memoria urbana (Campesino, 2005).

Junto al Dossier de la Candidatura (Bucho, 2004) se realizaron: un Estudio Comparado (al que contribuí) entre la Fortaleza de Marvão y sus semejantes peninsulares, el Plan de Gestión Integrada, el Plan Especial de Salvaguarda y Valorización (Bucho, dir, 2002) y la

publicación posterior (Bucho, 2005b).

El equipo redactor era muy consciente de la necesidad de conciliar patrimonio y turismo y del empuje que la candidatura debía darle al desarrollo turístico de tan emblemática villa. En palabras del profesor Bucho: "A singularidade de Marvão reside em na prodigiosa localização no topo de um rochedo, pelo arcaísmo, integridade e autenticidade das suas arquiteturas e urbanismo, pela riqueza e beleza do seu património natural, é uma das mais notáveis fortificações estratégicas desse longínquo Período Islâmico e da Reconquista".

Sin embargo, tales esfuerzos científicos fueron desestimados por el Comité del Patrimonio Mundial de la UNESCO, que el 15 de mayo de 2006 comunicó al presidente de la Câmara Municipal de Marvão, la no aceptación de la candidatura y la reconsideración del expediente por las siguientes debilidades:

estado de conservación del patrimonio (vulnerabilidad ante el deterioro del caserío desocupado);

protección y gestión de los elementos (insuficiente nivel de salvaguarda de los recursos patrimoniales, naturales y culturales);

autenticidad e integridad de los mismos (con carácter global bien conservados, pero con elevada sustitución de piezas residenciales durante el siglo XX);

estudio comparativo y valoración de los criterios (déficit en la comparación con otros enclaves 'similares');

entorno natural carente de excepcionalidad;

insuficiente documentación de los conflictos armados hasta el siglo XX.

Frente a tales argumentos, la Câmara Municipal de Marvão y los técnicos redactores de la candidatura rebatieron cada una de ellos, alegando que:

el estado de conservación no presentaba más debilidades que en otros

centros históricos, por ser el abandono de este caserío una constante, "incluso en los ya declarados Patrimonio Mundial";

la protección y gestión de los elementos, y la completa salvaguarda del patrimonio respetaban "el punto de vista legal";

sobre autenticidad e integridad del conjunto, mantuvieron la postura de que "todo el patrimonio marvaense construido durante más de mil años se adaptó a los tiempos históricos con naturalidad, no introduciendo falsos históricos, ni pastiches";

acerca de la limitación geográfica del estudio comparativo, ratificaron que se habían comparado 30 poblaciones fortificadas portuguesas y 36 españolas, adecuándose al informe solicitado expresamente por la UNESCO (referencia WHC/74/526/PST/FBR/MR, de 26 de marzo de 2004, firmada por Francesco Bandarin, director UNESCO World Heritage Centre) en el contexto de una reunión mantenida con ICOMOS y con IUCNI, y estar además la relación completada con una muestra de fortificaciones italianas, "al objeto de demostrar la originalidad de las fortificaciones peninsulares de este periodo". Además, de este punto, resaltaron la impropia apreciación de ICOMOS, "propia de un lego en la materia", al considerar que Marvão se incluye en la misma región y tipología arquitectónica que la Alhambra o la ciudad de Cuenca... La importancia patrimonial solo puede ser aquilatada mediante un estudio comparativo entre bienes de idéntica tipología y del mismo contexto histórico-geográfico (Operational Guidelines WHC.05/2, 2 February 2005, ítem 132.3). Por otro lado, "si sólo tuviesen derecho a incluirse en la Lista del Patrimonio Mundial los mejores ejemplos de cada tipología patrimonial, entonces, existiría una sola catedral gótica, un único centro histórico medieval... y la Lista de más de ochocientos bienes clasificados por la UNESCO se reduciría a muy pocas decenas";

en referencia al obligatorio valor singular y excepcional de todos los elementos incluidos en el patrimonio mundial, razonaron que sólo las funciones defensiva y estratégica pudieron justificar la implantación de una comunidad humana en un emplazamiento en nido de águila tan

inhóspito, con una realidad urbana inalterable hasta hoy, que mantuvo una función militar continua durante 1.000 años, pruebas que demuestran sobradamente la tenencia de ambos criterios.

En síntesis, la candidatura de Marvão a patrimonio mundial realizada por una comisión técnica-científica de reconocida solvencia profesional, liderada por el profesor doctor Domingos Bucho, del Instituto Politécnico de Portalegre, fue desestimada no por la fragilidad científica del documento y del plan de gestión, sino por:

la insolvencia diplomática del embajador portugués ante la UNESCO, al declarar de forma pesimista y despreciativa a Radio Renascença (8 de mayo de 2006) "que havia muitas cidades tipo Marvão em candidatura"; la negativa del presidente portugués de la Comisión Nacional de la UNESCO a reunirse antes de producirse el fallo de ICOMOS; y, sobre todo, la inconfesada e inconfesable preferencia del Estado portugués (Lisboa) por la prioritaria candidatura de Guimarães frente a la de Marvão.

Todo este embrollo en la desestimación de la candidatura de Marvão da fe del peso de las sinrazones políticas sobre los fundamentos técnicos en los pasillos de la UNESCO y de ICOMOS. Resultó fácil matar al mensajero y adjudicar el fracaso al equipo redactor de la candidatura. Falsedad injusta que no se tenía en pie y que muy pronto iba a ser desmantelada.

3.2. Ciudades Abaluartadas de la Raya, Patrimonio Mundial en Serie y por Ciclos

El compromiso con el paisaje rayano compartido, con el urbanismo, y sus arquitecturas, entendido como patrimonio cultural peninsular, único, frágil e irreplicable, debería permitir a los dos países ibéricos,

España y Portugal, deshacer incomprensiones y desencuentros seculares y conjuntar esfuerzos públicos y privados en el proyecto compartido de presentar a la UNESCO una candidatura única de Ciudades Abaluartadas de la Raya/Raia Ibérica.

Visto el precedente de Marvão, la candidatura única de las *Ciudades Abaluartadas de la Raya/Raia ibérica a Patrimonio Mundial* tendría que sobreponerse a obstáculos competenciales administrativos (regiones autonómicas/centralismo lisboeta), a veleidades políticas partidistas y a la propia idiosincrasia ibérica, dotada de una reconocida capacidad para la desorganización.

Y la urgencia de llevarla a cabo tenía mucho que ver con la acelerada elaboración de candidaturas similares en países europeos (Francia, Bélgica y Holanda). De hecho, la candidatura francesa *L'Oeuvre de Vauban* (1633-1707), que recogía 12 elementos emblemáticos de fortificaciones abaluartadas (ciudadelas, bastiones, torres...) de las arquitecturas militares de Louis XIV, realizadas por Sébastien Le Prestre Vauban (1633-1707), ingresó en la Lista del Patrimonio Mundial el 7 de julio de 2008 con la referencia 1.283 por los criterios (I) (II) y (IV).

Por ello, al objeto de coordinar esfuerzos científicos, técnicos y políticos transfronterizos de cara a la presentación de una candidatura única a la UNESCO, lideré unas Jornadas Técnicas en Badajoz en marzo de 2007 (Campesino, 2007). En ellas participaron responsables políticos y técnicos de las ciudades de Évora (Manuela Oliveira), Elvas (Elsa Grilo), Olivenza (José Manuel Pagés) (con la ausencia increíble de Badajoz, pese a ser ciudad anfitriona) contando con la presencia de María Rosa Suárez-Inclán Ducassi, la presidente del Comité Nacional Español de ICOMOS, y con Francisco Muñoz, Consejero de Cultura de la Junta de Extremadura.

De ellas surgió el acuerdo compartido de ensamblar todas las candidaturas —en proceso de redacción y por redactar— de las ciudades abaluartadas emblemáticas de la Raya/Raia ibérica en una firme candidatura transfronteriza en “serie” (la primera que recibiría la UNESCO al no existir dicha categoría patrimonial, que tuvo que inventar al efecto), con selección de ejemplos urbanos excepcionales, conscientes de las dificultades que tienen los países con mucho patrimonio mundial clasificado, como España, para conseguir nuevas nominaciones (Campesino, 2007a).

Elvas, “a Invencível”, la máquina de guerra más potente de la Península Ibérica y la más emblemática y espectacular de todas las ciudades abaluartadas de la Raia/Raya ibérica, ciudad-museo compendio de fortificaciones de diferentes épocas (musulmanas, dionisianas, fernandinas y abaluartadas) de gran atractivo y potencial turístico iba a liderar la Serie y el Primer Ciclo.

Desde 2004, Elvas tenía introducidas sus fortificaciones en la Lista Indicativa portuguesa. La Câmara Municipal, representada por Elsa Grilo, Vereadora de Cultura, encargó al profesor Domingos Bucho y su equipo la redacción del Expediente de Candidatura de Elvas a Patrimonio Mundial en Serie y por Ciclos.

Dado que la elección de las ciudades susceptibles de incorporarse a la candidatura única dependía de decisiones políticas, tanto de las instituciones patrimoniales de ambos países, según sus categorías patrimoniales y su estado de conservación, como de las corporaciones municipales respectivas por acuerdo de pleno municipal, se presumía una gran demora en la toma de decisiones.

Tras múltiples reuniones preparatorias, a las que fui invitado como Vicepresidente de ICOMOS-España en representación de la Junta

Directiva, Elvas decidió presentar su candidatura en solitario, porque las potenciales candidatas portuguesas (Valença do Minho, Almeida, Marvão y Estremoz) y españolas (Ciudad Rodrigo, Badajoz y Olivenza) no habían redactado aún sus expedientes -pese a que algunas como Almeida-Ciudad Rodrigo lo tenían bastante adelantado-, ni abordado su planeamiento urbanístico, gestión patrimonial y rehabilitación.

Las razones urgentes antedichas motivaron la propuesta de promoción de Elvas, ciudad abaluartada de la Raia ibérica, a Patrimonio Mundial, candidatura que fue presentada en la Câmara Municipal el 7 de abril de 2007, en un acto oficial tutelado por los presidentes de ICOMOS de Portugal y España y profesionales invitados.

Reuniones posteriores de alcaldes y representantes institucionales del patrimonio para la toma de decisiones se celebraron en:

Elvas (5 de marzo de 2009). Con asistencia de los representantes políticos de Valença, Almeida, Elvas y Estremoz, y de los técnicos de ICOMOS, IGESPAR e Direcção Regional de Cultura do Alentejo, tomándose los acuerdos de: que la candidatura sería en serie, transfronteriza y por ciclos, siguiendo los criterios de la UNESCO; que el primer ciclo sería liderado por Elvas; que las restantes ciudades dinamizarían sus procesos; que no se contactaría con las ciudades españolas, sino con ICOMOS-España (a través del Vicepresidente invitado Prof. Dr. Antonio-J. Campesino); que se elaboraría un documento de identificación de la serie en términos científicos, a través de una ficha detallada por cada fortificación, y que la justificación de la serie debería ser redactada por un equipo de profesionales de talla internacional de ambos lados de la frontera (2 historiadores del Arte, 2 historiadores de Historia Militar y 2 dos geógrafos).

Almeida (25 de marzo de 2009).

Elvas (28 de abril de 2009), con la propuesta, aceptada, del profesor Domingos Bucho de creación de una *Comisión Científica Luso-Española*, para evaluar con criterios científicos a las potenciales candidatas, conformada por representantes de reconocido prestigio internacional en los campos de la Historia Militar, de la Arquitectura Militar y de la Geografía Urbana, proponiendo de parte portuguesa a Pedro Mario Días, António Ventura y Jorge Gaspar, y de la parte española a Antonio-José Campesino Fernández, dejando a la elección española los nombres del arquitecto castellano Fernando Cobos y del historiador extremeño Miguel Ángel Melón Jiménez.

La novedosa propuesta de una *candidatura conjunta transfronteriza en serie y por ciclos*, con universalidad, excepcionalidad, autenticidad e integridad, avalada por dos países, varias regiones y numerosos municipios, además de obligada por la interrelación causal de los bienes (ciudades abaluartadas) que la integraban y la explicaban, podía tener mayores posibilidades de éxito, por cuanto la filosofía del Comité del Patrimonio Mundial invitaba a la presentación de candidaturas transfronterizas y transnacionales.

Así, gracias al buen expediente y mejor gestión del director de la candidatura, el profesor Domingos Bucho, al reconocimiento de académicos, investigadores, técnicos y políticos, y a los apoyos recibidos de los expertos internacionales de ICOFORT, Elvas se incorporó a la Lista del Patrimonio Mundial de la UNESCO el 30 de junio de 2012 en San Petersburgo, liderando la Serie. La utopía se había convertido en realidad.

Todo un ejemplo a seguir para el resto de la red de Fortificaciones Abaluartadas de la Raya/Raia ibérica, al incrementar ICOMOS el nivel de exigencia patrimonial en la justificación del valor universal

excepcional, autenticidad, integridad y, sobre todo, niveles de protección, planeamiento y gestión. El acierto de la candidatura conjunta de Almeida-Ciudad Rodrigo tiene visos de prosperar en breve plazo.

4. INVESTIGACIÓN TURÍSTICA EN LA RAYA: ATRACTIVOS Y POTENCIALES

A los planteamientos investigadores iniciales sobre territorio, urbanismo y patrimonio, tuvimos que añadir desde la década pasada el conocimiento turístico-cultural (Campesino, dir., 2007b) de los enormes atractivos y potenciales turísticos de la Raya/Raia ibérica (Sánchez y Rengifo, 2016). A tal fin, creamos el Equipo Multidisciplinar de Investigación Turística de la Universidad de Extremadura (TOURISMEX) <https://sites.google.com/site/tourismex>

El *Proyecto I+D+i de Investigación Turismo de Frontera (TURFRONT (2012-2014))*, que lideré desde la Universidad de Extremadura con implicación de 4 universidades (Vigo, Salamanca, Extremadura y Huelva) y de 13 investigadores pluridisciplinares, produjo resultados que transferimos en tres publicaciones: situación del turismo (Campesino, dir., 2013), recursos, oferta y demanda (Campesino, dir., 2013) y productos (Campesino y Jurado, dirs., 2014).

También en este apartado, nuestra investigación ha sido pionera, al promocionar el territorio y los paisajes patrimoniales rayanos de la EUROACE con fines turísticos (Campesino, 2014a), promover el segmento de *Turismo de Frontera* y considerar la Raya/Raia ibérica como destino turístico internacional (Campesino y Rengifo, 2014).

Consideración especial por la demanda creciente del estratégico recurso

agua, tiene el segmento del turismo fluvial y de embalses (de naturaleza, deportivo, ocio, pesca y caza) con cientos de kilómetros de costa dulce interior fronteriza (Campesino, 2016). Dos aspectos capitales de la oferta en destino son los alojamientos rurales con encanto, a partir de la rehabilitación de viejas arquitecturas vernáculas (Campesino, 2013a) y las infraestructuras de acceso y relación, siempre complicadas en la frontera que precisan de mejoras continuas (Campesino, 2018).

Y cerramos nuestras aportaciones con la valoración de la cooperación turística transfronteriza en el ámbito de la EUROACE (Campesino, 2021). El turismo, lejos de ser un complemento a la actividad agropecuaria es hoy ya la alternativa al sector primario del medio rural en declive.

El Ministerio de Economía y Competitividad, que evaluó como "Muy satisfactorio" el resultado investigador del Proyecto TURFRONT'2012-2014, recomendó "proseguir con esta línea de investigación" en el marco de la Cooperación Transfronteriza de Tercera Generación (CTTG, 2020-2030) en el territorio rayano de la EUROACE.

5. CONCLUSIONES

En 1982, iniciamos en Olivenza el pionero Proyecto de Investigación sobre Ciudades Abaluartadas de la Raya/Raia ibérica. En 1986, Évora entró en la Lista del Patrimonio Mundial, gracias al buen hacer de la Oficina do Centro Histórico, dirigida por la geógrafa Manuela Oliveira, y a las buenas prácticas de planeamiento y gestión urbanística y patrimonial.

El objetivo propuesto en Olivenza'1982, de consideración patrimonial,

rehabilitación, refuncionalización y civilización del urbanismo y de las arquitecturas militares se había logrado, al pasar las ciudades abaluartadas de la Raya/Raia ibérica de recursos arquitectónicos depreciados a productos turísticos deseados a lo largo de los 1.214 km del trazado de la frontera más antigua y simbólica de la Unión Europea.

La cooperación transfronteriza, iniciada en 1992, tuvo que superar las lógicas dificultades de coordinación por desigualdades normativas y capacidades gestoras de las regiones rayanas (Extremadura, Alentejo y Região Centro), pero salvando las dificultades de puesta en común las Comisiones científicas de Patrimonio y Turismo fueron las más dinámicas en materia de colaboración e iniciativas.

En 1999, ICOMOS reconoció el valor patrimonial de las ciudades abaluartadas, iniciándose el proceso de inventariado y catalogación e inserción en las Listas Indicativas de España y Portugal. Desde 2001, surgió la aspiración de conseguir el más alto reconocimiento patrimonial de la UNESCO. Marvão lo intentó en solitario en 2001, sin éxito en 2006, por lo cual se planteó la formulación de una Candidatura conjunta en Serie y por Ciclos. La idea cuajó en las ciudades de la Raia portuguesa, pero no así en las de la Raya española, a tenor del desinterés reinante por in-competencias autonómicas.

Elvas recogió el relevo de la desestimada candidatura de Marvão y su candidatura lideró la Serie de las ciudades abaluartadas insertas en la Lista Indicativa del Patrimonio Mundial de Portugal. Tras dos lustros de incesante trabajo a todos los niveles, la candidatura redactada por el equipo del profesor Domingos Bucho obtuvo en San Petersburgo en junio de 2012, la inclusión en el Patrimonio Mundial de la UNESCO, liderando la Serie y abriendo el camino a las candidaturas venideras (Campesino y Jiménez, 2017), como la conjunta de Almeida-Ciudad Rodrigo, que está ya a punto de lograrlo. Otras candidaturas

portuguesas, como las de Marvão, Valença, Estremoz, y extremeñas (Olivenza)... deberían seguir idéntico recorrido. Hacia allí vamos...

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS (citadas en el texto)

Bucho, D. (dir.). (2001): *Fortificações de Marvão. História, Arquitectura e Restauro. Região de Turismo de São Mamede. Projecto de Valorização Científica, Educativa e Turística-Cultural das Fortificações do Norte Alentejano*. RTSM/IPPAR/ESEP, Municípios do Norte Alentejano, Setúbal. 125 p.

Bucho, D. (dir.) (2002): *Sítio de Marvão. Proposta para a Inscrição na Lista do Património Mundial*. Marvão (Portugal), Câmara Municipal de Marvão, Comissão Técnico-Científica da Candidatura de Marvão a Património Mundial. 113 p. + planos.

Bucho, D. (2004): "Muralhas, Património e População da Raia portuguesa". *Congreso Hispano-Luso sobre protección de los entornos monumentales en el desarrollo urbanístico de las Ciudades Patrimonio de la Humanidad de Mérida y Évora*. Junta de Extremadura, Mérida (20 de mayo).

Bucho, D. (coord.). (2005): *I Forum Marvão. Actas. Encontros Internacionais do Património, do Turismo e da Animação. Património, turismo e despovoamento / descaracterização dos centros históricos*. Municipio de Marvão. Marvão. 167 p.

Bucho, D. (2005a): "Marvão: Uma história de sobrevivência e uma estratégia para o futuro", en Bucho, D. (Coord.). *I Forum Marvão. Actas. Património, turismo e despovoamento / descaracterização dos centros históricos*. Municipio de Marvão, Marvão, 2005, pp. 29-68.

Bucho, D. (2005b): *Marvão, Palavras e Olhares*. Instituto Politécnico de Portalegre, Portalegre.

Campesino, A.-J. (1986a): "Las comarcas fronterizas extremeñas: la otra cara simétrica de la miseria". *Estudos em Homenagem a Mariano*

Feio. Universidade Nova, Lisboa, pp. 109-123.

Campesino, A.-J. (1987): "La frontera como factor geográfico: situación actual de la investigación peninsular". *Encuentros/Encontros de Ajuda. Acta, Ponencias y Comunicaciones*. Badajoz, Diputación Provincial, 1987, pp. 207-224.

Campesino, A.-J. (1987a): "Alcántara. La compleja articulación de un espacio comarcal fronterizo". *Anales de ADECO (Alcántara y Comarca)*. Alcántara, Asociación de Estudios Comarcales, 1, Alcántara, pp. 246-277.

Campesino, A.-J. (1992): Estudio de las Regiones Fronterizas Hispano-Lusas: Cáceres, Salamanca y Beira Interior/Salamanca. Introducción. El sistema de asentamientos humanos y las relaciones territoriales. Vol. 1. Caps. 0 y V. Departamento de Geografía y Ordenación del Territorio, Cáceres.

Campesino, A.-J. (1994). "La región transfronteriza lusa-extremeña". *Arquitectura y Vida en Frontera*. Mérida, Consejería de Cultura y Patrimonio de la Junta de Extremadura, Mérida, pp. 18-21.

Campesino, A.-J. (1994a): "Planificación estratégica transfronteriza en la raya lusa-extremeña". *Treballs de la Societat Catalana de Geografia*. Barcelona, Societat Catalana de Geografia, IX, Barcelona, pp. 187-201.

Campesino, A. J. (1995): "Badajoz: paradigma de ciudad fronteriza". *Anales de Geografía de la Universidad Complutense. Homenaje al profesor Joaquín Bosque Maurel. Ciudad y Medio Ambiente*, 15. Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense, Madrid, pp. 169-182.

Campesino, A.-J. (1995-2009): *Territorio y ciudades abaluartadas en la raya ibérica*. Curso de Doctorado impartido por el Prof. Dr. Antonio-José Campesino Fernández. Cátedra de Geografía Urbana y Regional. Universidad de Extremadura, Departamento de Geografía y Ordenación del Territorio. Programa de Doctorado "Desarrollo Sostenible y Ordenación del Territorio". Créditos. 3.

Campesino, A.-J. (1997): "Alentejo-Extremadura: ciudades y ordenación del territorio", en Cabero, V. y Molinero, F. (coords.). *Boletín*

de la Asociación de Geógrafos Españoles. *Relaciones España-Portugal*, 25, 2º semestre. AGE, Murcia, pp. 67-82.

Campesino, A.-J. (2001): "Territorio de frontera: adaptación, trazado y estructura en la raya española", en Rossa, W.; Araujo, R.; Carita, H. (coords.). *Colóquio Internacional. A Cidade como Civilização: Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, pp. 751-767.

Campesino, A.-J. (2004): "Centros Históricos y Patrimonio Urbano de la Raya/Raia Ibérica, Paisaje Cultural de la Humanidad", en AA. VV. *La Raya Luso-Española. Relaciones hispano-portuguesas del Duero al Tajo. "Salamanca, punto de Encuentro*. Diputación de Salamanca y Excmo. Ayuntamiento de Ciudad Rodrigo, Salamanca, 2004, pp. 205-233.

Campesino, A.-J. (2005): "Centros Históricos Abaluartados de Extremadura. La imagen de la Memoria Urbana Rayana a través de los Planos", en Bucho, D. (coord.). *I Forum Marvão. Actas. Encontros Internacionais do Património, do Turismo e da Animação. Património, turismo e despovoamento / descaracterização dos centros históricos*. Municipio de Marvão, Marvão, pp. 69-82.

Campesino, A.-J. (2006): "Fortificaciones abaluartadas de Extremadura: planos inéditos de Moraleja, Zarça de Alcántara, Alcántara, Valencia de Alcántara y Alburquerque". *Revista de Estudios Extremeños*, Tomo LXII, Número II, Mayo-Agosto. Departamento de Publicaciones de la Diputación de Badajoz, Badajoz, pp. 921-946

Campesino, A.-J. (2006a): "Ciudades abaluartadas de la raya ibérica: de frontera a paisaje cultural". *PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n. 60. Sevilla, pp. 74-83. (Coordinador Antonio J. Campesino).

Campesino, A.-J. (dir.) (2007): *La Raya abaluartada ibérica: Paisaje Cultural de la Humanidad*. Jornadas Técnicas. Badajoz, Consejería de Cultura de la Junta de Extremadura y Gabinete de Iniciativas Transfronterizas. Palacio de Congresos de Badajoz, (23 y 24 de marzo). (Inéditas).

Campesino, A.-J. (dir.) (2007a): "Territorio y ciudades abaluartadas en la Raya/ Raia ibérica: de frontera a Patrimonio Mundial en Serie», en Cruz, M^a (dir.). *Ciudades y núcleos fortificados de la frontera hispano-lusa. El territorio de Extremadura y Alentejo. Historia y Patrimonio*. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura, Gabinete de Iniciativas Transfronterizas, Dirección General de Patrimonio Cultural, Mérida, pp. 261-272.

Campesino, A.-J. (dir.) (2007b): Turismo en la Raya ibérica: situación actual y retos de futuro. Curso Internacional de Verano de la Universidad de Extremadura. Vicerrectorado de Extensión Universitaria, Gabinete de Iniciativas Transfronterizas, Ayuntamiento de Olivenza, Olivenza (3 a 6 de julio) 3 créditos. (Inédito).

Campesino, A.-J. (dir.) (2013): *Turismo de Frontera (I)*. Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças (RIET). Eixo Atlántico do Noroeste Peninsular, Vigo. 212 pp. + CD en color.

Campesino, A.-J. (2013a): "Turismo de fronteira: arquiteturas vernáculas e alojamentos rurais na raia extremeña. Formas antigas para novas funções, en Martins, A.; Milheiro, E.; Alves, J.; Nunes, J.; Cardoso, L. (Org.). *Estudos RURAIS, Portalegre/Elvas. O Futuro do Mundo Rural em Questão. Atas do I Congresso de Estudos Rurais do Norte Alentejano*. Coleção C3i (Coordenação Interdisciplinar para a Investigação e Inovação), Nº 4. Instituto Politécnico de Portalegre, Portalegre, pp. 31-52.

Campesino, A.-J. (dir.) (2014): *Turismo de Frontera (II): Oferta y demanda turística en la Raya ibérica*. Autores. Imprenta CopeGraF, s.l. Cáceres. 341 pp. + CD en color.

Campesino, A.-J. (2014a): "Territorio y paisajes patrimoniales de la raya ibérica. El espacio geográfico de la EUROACE". *I Jornadas Internacionales sobre la Frontera Hispano-Portuguesa y sus Fortificaciones*. Badajoz, noviembre de 2012. Bilingüe. Ayuntamiento de Badajoz, Badajoz, pp. 51-74.

Campesino, A.-J. (2016): "Paisajes del agua y turismo fluvial en la raya ibérica", en Vera, J. F.; Olcina, J.; Hernández, M^a. (eds.). *Paisaje, cultura territorial y vivencia de la Geografía. Libro Jubilar en Homenaje al profesor Alfredo Morales Gil*. Ediciones de la Universidad de Alicante, Alicante (1.202 p.), pp. 47-72.

Campesino, A.-J. (coord.). (2017): "Un cuarto de siglo de cooperación transfronteriza en la raya/raia ibérica". *Polígonos, Revista de Geografía*, nº 29. Monográfico. Universidad de León, Universidad de Salamanca, Universidad de Valladolid, León, 409 p.

Campesino, A.-J. (coord.). (2017a): "Cooperación transfronteriza en la EUROACE: Extremadura (2007-2014)", en Campesino, A.-J. (coord.). *Polígonos, Revista de Geografía*, nº 29. Monográfico. Universidad de León, Universidad de Salamanca, Universidad de Valladolid, León, pp. 61-87.

Campesino, A.-J. (2018): "Territorio y turismo: Infraestructuras de relación en la Raya ibérica". AA. VV. *Jornadas 2012-2015. Puente Romano de Alcántara*. Diputación Provincial de Cáceres, Cáceres, pp. 405-432.

Campesino, A.-J. (2021): "La cooperación turística en la Raya de la EUROACE", en Serra, J.; Marujo, Noémi; Borges, M^a do R.; Lima, J. (dirs.). *Turismo rural e turismo comunitario no espaço ibero-americano*. Publicações do CIDEHUS, Universidade de Évora, Évora.

Campesino, A.-J. y Ferrera, M. (1989): "Olivenza y la articulación de su espacio comarcal fronterizo". *Encuentros/Encontros de Ajuda. Revista hispanoportuguesa de investigadores en Ciencias Humanas y Sociales*, 1. Ayuntamiento de Olivenza, Olivenza, pp. 47-66.

Campesino, A.-J. y Jiménez, V. (2017): "Ciudades abaluartadas de la raya ibérica: declaraciones y candidaturas a Patrimonio Mundial", en Castañer, M.; Vicente, J.; Feliu, J.; Martín, J. (eds.). *Nuevos escenarios urbanos: nuevos conflictos, nuevas políticas. XIII Coloquio de Geografía Urbana*. Grupo de Geografía Urbana (AGE), Universidad de Gerona, Gerona, pp. 374-396.

Campesino, A.-J. y Jurado, J. M. (dirs.). (2014): *Turismo de Frontera (III): Productos turísticos de la Raya ibérica*. Imprenta Gómez Alcalá, S.L. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Huelva, Huelva. 355 pp. + CD en color.

Campesino, A.-J. y Pagés, J. M. (1999): "Arquitectura abaluartada y Territorio en la frontera hispano-lusa". *Conferencia Internacional sobre Fortificaciones Abaluartadas Hispano-Portuguesas en el contexto de los grandes itinerarios culturales universales*. Comité Internacional de

Itinerarios Culturales de ICOMOS (18 a 20 de mayo), Ibiza. (Inédita).
Campesino, A.-J. (dir.) y Pagés, J. M. (2001): *La raya/raia ibérica: de frontera a paisaje cultural de la Humanidad*. Curso Internacional de Verano. Universidad de Extremadura. Elvas, 23 a 27 de julio de 2001. (Inédito).

Campesino, A.-J. y Rengifo, J. I. (2014): “La raya luso-extremeña: nuevo destino turístico”, en Vieira, A. e Julião, R. P. (coords.). *A ‘Jangada de Pedra’ – Geografias Ibero-Afro-Americanas. Atas do XIV Colóquio Ibérico de Geografia*. Associação Portuguesa de Geógrafos e Departamento de Geografia da Universidade do Minho, Guimarães (2.747 p.), pp. 1.570-1.577.

Campesino, A.-J.; Sánchez, M.; Rengifo, J. I. (2008): “La Cooperación Transfronteriza Extremadura-Alentejo-Região Centro”, en Domínguez, L. (dir.), *A Cooperação Transfronteira entre Portugal e Espanha*. Biblioteca dos Estudos Estratégicos, Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP, Vigo, pp. 236-262.

Campesino, A.-J. y Velasco, C. (coords.). (1986): *Portugal-España: Ordenación territorial del suroeste comunitario*. Caja Salamanca y Soria, Universidad de Extremadura, Salamanca. 528 p.

Cayetano, M. (ed.) (1994-2022). *O Pelourinho: Boletín de Relaciones Transfronterizas*. Servicio de Publicaciones de la Diputación Provincial de Badajoz. N°s 0-26. Badajoz.

Centro de Estudios de Arquitecturas Transfronterizas (CEAT). *Arquitecturas na Raia*-Arquitecturas en la Raya: Olivenza, 1995; Castelo de Vide, 1996; Alburquerque, 1997; Borba, 1998, Beja, 1999, Elvas 2001). Universidade Moderna de Lisboa, Universidad de Sevilla, Universidad de Extremadura. (Dir. José Manuel Pagés Madrigal y Antonio-José Campesino Fernández).

Cobos, F. y Campos, J. (2013). *Almeida / Ciudad Rodrigo. La Fortificación de la Raya Central. A Fortificação da Raia Central*. Consorcio Transfronterizo de Ciudades Amuralladas, Gráficas Lope, Salamanca. 483 p.

Cruz, M^a. (1999): *Badajoz, ciudad amurallada*. Gabinete de Iniciativas Transfronterizas y Universitas Editorial, Mérida. 122 p.

Cruz, M^a. (dir.) (2007): *Ciudades y núcleos fortificados de la frontera hispano-lusa. El territorio de Extremadura y Alentejo. Historia y Patrimonio*. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura, Gabinete de Iniciativas Transfronterizas, Dirección General de Patrimonio Cultural, Mérida.

Gabinete de Iniciativas Transfronterizas. (1995): *Guía Turística de Extremadura-Alentejo*. GIT y Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, Mérida.

González, J. M. y Lois, R. C. (1996): "Los Centros Históricos en la frontera gallegoportuguesa: estudio de los ejemplos de Tui y Valença do Minho», en Campesino, A.-J. y Velasco, C. (coords.). *Portugal-España: Ordenación territorial del suroeste comunitario*. Caja Salamanca y Soria, Universidad de Extremadura, Cáceres, pp. 379-386.

Icomos. (1999): *Seminario Internacional sobre Fortificaciones Abaluartadas Hispano-Portuguesas, una Ruta Cultural entre Cinco Continentes*. Comité Internacional de Itinerarios Culturales (CIIC), ICOMOS-España, Ibiza (17 a 22 de mayo). http://www.icomos-ciic.org/INDEX_esp.htm

Navareño, A. (1985): "Fortificaciones abaluartadas en Extremadura. Planos de Juan de Landaeta". *Revista Norba-Arte*, VI. Departamento de Historia del Arte, Universidad de Extremadura, Cáceres, pp. 145-157.

Navareño, A. (2000): "La frontera fortificada. La línea de Extremadura y Castilla La Vieja con Portugal en el siglo XVIII". *Castillos de España*, 118. Asociación Española de Amigos de los Castillos, Madrid, pp. 3-12.

Pagés, J. M. (coord.) (1982): *Ias. Jornadas Internacionales de Estudio de la Ciudad Histórica*. Olivenza, Junta de Extremadura, Ayuntamiento de Olivenza, Unión Internacional de Arquitectos (UIA). (Inéditas).

Pagés, J. M. (1995): *El territorio fronterizo extremeño-alentejano: asentamientos, urbanismo y arquitecturas*. Universidad de Sevilla,

Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Departamento de Urbanística. Tesis Doctoral inédita (Dir. Dr. Antonio-José Campesino Fernández y José León Vela).

Pagés, J. M. (coord.). (1999): *Arquitecturas na raia-Arquitecturas en la raya*, 98. Borba. Programa de Iniciativa Comunitarias LEADER II. Badajoz, Arco Agüero, S. L. 87 p.

Pagés, J. M. y Campesino, A.-J. (dirs.) (1995): *Plan Especial de Protección del Patrimonio Urbano de Badajoz (PEPPUBA): Casco Intramuros*. Ayuntamiento y Estudio Arco Agüero, S. L., Badajoz.

Pagés, J, M. y Estévez, Ph. (1997): *Arquitecturas na Raya' 96*. Castelo de Vide. Badajoz, Arco Agüero, S. L. Departamento de Arquitectura da Universidade Moderna de Lisboa y Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Sevilla. 71 p.

Rodríguez, F. (1987): *El Fuerte de la Concepción y la arquitectura militar de los siglos XVII y XVIII*. Ediciones de la Diputación Provincial de Salamanca, Salamanca.

Sánchez, J. M. y Rengifo, J. I. (2016): "Atractivos naturales y culturales vs desarrollo turístico en la Raya luso-extremeña". *Pasos, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, vol. 14, nº 4, Universidad de la Laguna, La Laguna, pp. 907-928.

Soraluce, J. R. (1985): *Castillos y fortificaciones en Galicia. La arquitectura militar de los siglos XVII y XVIII*. La Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza. 194 p.

Sousa Rosa, I. de (2003): *El diseño de la ciudad medieval portuguesa*. Tesis Doctoral. Universidad de Extremadura, Facultad de Filosofía y Letras, Departamento de Geografía y Ordenación del Territorio, (6 de febrero). Sobresaliente "cum laude". 307 p. + anexo planimétrico. (Inédita). (Dir. Antonio-José Campesino Fernández-

Testón, I.; Sánchez, C.; Sánchez, R. (2003): *Planos, Guerra y Frontera. La Raya Luso Extremeña en el Archivo Militar de Estocolmo*. Gabinete de Iniciativas Transfronterizas, Mérida. 200 p.

Testón, I.; Sánchez, C.; Sánchez, R. (2006): *La Memoria Ausente*.

Cartografía de España y Portugal en el Archivo Militar de Estocolmo.
Gabinete de Iniciativas Transfronterizas, Mérida.

Tourismex. (2007): *Equipo de Investigación Turística de la Universidad de Extremadura.* <https://sites.google.com/site/tourismex>. Miembros: Antonio-José Campesino Fernández (dir.); José Manuel Sánchez Martín; Juan Ignacio Rengifo Gallego; José-Carlos Salcedo Hernández; Víctor Jiménez Barrado; Luz María Martín Delgado.

PAINEL 2: MARVÃO, OS ATIVOS TERRITORIAIS

José Pinto Leite - especialista em Gestão e Políticas Ambientais: Olhar futuro sobre os ativos territoriais

“Sobre ativos territoriais

Segundo vários autores, Ativos territoriais contemplam recursos pertencentes a um determinado espaço geográfico e que possibilitam o desenvolvimento territorial. Estes ativos devem ser tornados recursos sustentáveis e precisam de ser melhorados ou adaptados, na medida em que ocorrem as transformações sociais, políticas, tecnológicas e ambientais.

Podem dividir-se os recursos em tangíveis (elementos naturais, edificações, paisagens, arqueologia ou obras de arte, por exemplo) e recursos intangíveis (tradições, expressões orais, artísticas, sociais, rituais e atos festivos, conhecimentos e técnicas artesanais tradicionais).

Proponho-me abordar alguns recursos tangíveis: ar, solo, água, edificações e paisagens.

Quando estamos em Marvão, e olhamos o território do alto do Castelo, fácil se torna perceber a força dos elementos naturais, desde logo o ar, a água, o solo, a paisagem e o edificado e a sua importância no desenvolvimento passado e na formatação do futuro que queremos.

Sabemos que apenas há 10.000 anos o homem deixou de ser nómada e se dedicou à agricultura, começando a tornar os recursos naturais em ativos territoriais. Foi na longínqua Mesopotâmia e chegou aqui mais tarde. Mas sabemos que pelo menos desde há 4.000 anos, o território que vemos cá do alto tem sido transformado e servido de sustento a antigas comunidades.

Não entrando na história, que não domino, e concentrando-me apenas nos recursos tangíveis, sabemos que, pelo menos no Século I, os nossos vales já eram muito desenvolvidos para que aqui se instalasse uma

importante cidade Romana.

Efetivamente "os antigos" começaram por escolher boas terras, com abundância de água, para seu sustento, procurando também, noutras épocas, sítios elevados para se instalarem com boas defesas.

De uma forma simplista podemos pois, do alto do castelo, perceber que nestas terras havia boas colheitas, em excelente solo com muita água, mas também uma orografia que permitia boas defesas, nas épocas em que tal foi importante.

A base da agricultura deu lugar a imensos saberes, desenvolvimento social, cultural e intelectual e o território promoveu, com a sua localização estratégica, outro ativo importante do concelho, o comércio entre regiões vizinhas desde tempos imemoriais.

Há autores que destacam como ativos territoriais: Capital natural e produtivo, Capital social, Capital cultural, Capital intelectual e também Capital institucional.

Ativos territoriais- recursos tangíveis

Apesar de só conhecer estas terras há 45 anos, cedo pude testemunhar a enorme qualidade de todos estes "Capitais", incluindo o capital institucional que, outrora importante, após menor influência em parte do século XX, foi recuperado por um poder local forte após o 25 de abril. Feita esta breve introdução proponho então um foco sobre este passado mais recente e a importância dos ativos territoriais no futuro.

2.1- Recursos Água e solo

A água é talvez o elemento natural que mais diferencia o concelho de Marvão. É sabido que na Terra, a água está nos oceanos, no gelo e logo a seguir, mas apenas 1% do total, no subsolo (efetivamente, nos rios, temos apenas 0,01% do total).

Ora Marvão, para além do rio Sever e seus afluentes, tem o chamado aquífero da Escusa, um autêntico rio subterrâneo que se estende entre o Porto da Espada e Castelo de Vide.

Sabemos que os maciços Cársicos são as grandes fontes de água

subterrânea, no passado as grandes responsáveis pelo abastecimento das grandes cidades, desde logo Lisboa, mas também Portalegre, precisamente a partir deste aquífero com adução nos Olhos de Água. Apesar da Barragem da Apartadura, as Águas do Norte Alentejano continuam a aproveitarestas nascentes, de água de qualidade e muito mais barata.

Nos anos oitenta houve até conflitos entre as populações de Marvão e a Câmara de Portalegre por causa deste recurso. Sabemos como a água é fonte de grandes conflitos internacionais, com soluções diplomáticas difíceis para evitar guerras.

Efetivamente os calcários dolomíticos deste aquífero estão tão fraturados que a circulação da água, com o CO2 dissolvido, corrói o calcário e cria enormes crateras subterrâneas, autênticos grandes reservatórios, que por vezes até desabam. Um exemplo atual desta evolução constante é a dos abatimentos que ocorreram há anos no Monte da Queijeira. Estes abatimentos intersectam o rio subterrâneo que alimenta os Olhos de Água.

Todo este enorme lençol de água tem correspondência com terras muito férteis que ajudaram a formatar esta zona ao longo dos séculos. Essa riqueza, que atraiu, entre outros, os Romanos da AMMAIA, foi-se transformando também nos tais ativos tangíveis (edificações, paisagens, arqueologia ou obras de arte) mas também intangíveis (tradições, expressões orais, artísticas, sociais, rituais e atos festivos, conhecimentos e técnicas artesanais tradicionais). Com efeito é com base nos recursos endógenos e economia primitiva, quando sustentável, que estes territórios prosperam hoje em dia noutras atividades, especialmente o Turismo.

- Os últimos 30 anos

No início do nosso desenvolvimento recente - anos 80 - muito se descartou a agricultura, outras áreas do setor primário e da indústria, afirmando que devíamos ir todos para o terciário, uma vez que toda a nossa economia estava condenada (abertura à agricultura europeia,

têxteis da China, etc.). Foi quando um célebre relatório de um senhor Porter, veio dizer o contrário. Portugal devia era apostar naquilo que já fazia e bem: agricultura, têxteis e calçado por exemplo, com modernização, alimentando as cadeias de valor e todos esses chavões que nos habituámos a ouvir.

Trinta anos depois temos uma agricultura de regadio muito desenvolvida, com produtos (azeite, amêndoa, hortícolas, etc.) que começam a permitir compensar os cereais e outros que sempre teremos que importar. Na indústria os têxteis e calçado são hoje símbolos da moda, com um valor acrescentado notável e do melhor a nível mundial. Claro que estas áreas modernizadas tornaram-se muito importantes no PIB mas, fruto de grande modernização, libertaram uma massa assalariada importante para o terciário, com destaque para o Turismo. Centrando-nos em Marvão, à semelhança de amplas faixas do interior, o Turismo, que foi beber aos ativos territoriais de que falámos - tangíveis (edificações, paisagens, arqueologia ou obras de arte) mas também intangíveis (tradições, expressões orais, artísticas, sociais, rituais e atos festivos, conhecimentos e técnicas artesanais tradicionais) - acabou por se tornara nossa "galinha dos ovos de ouro", tendo até descurado os outros setores primário e secundário.

O meu ponto não é negar a importância do Turismo, pelo contrário, é torná-lo sustentável, alimentando as suas bases. É sabido que as monoculturas têm resultados fulgurantes durante algum tempo, mas acabam mal, se não houver diversificação.

Como dizia Porter, aproveitar os recursos endógenos e modernizar as atividades ancestrais é asolução. Mas sem novas monoculturas ainda mais nefastas porque, com muito dinheiro e maquinaria a delapidação dos recursos naturais é mais acelerada. Por exemplo o olival intensivo em Alqueva não foi plantado nas melhores condições, o que está a exigir medidas de reparação. Mas também o Turismo não pode monopolizar toda a economia, degradando muitos dos seus alicerces, como acontece já em Lisboa, mas não em Marvão felizmente.

Mas sem dogmas. Todas as atividades são importantes, incluindo culturas intensivas, desde que respeitadas as normas, que são hoje muito apertadas, graças à transposição das Diretivas Comunitárias. Precisamos é de boa regulação e fiscalização, que infelizmente é, quanto a mim, a parte que não estamos a fazer bem.

Falando de Marvão e do desenvolvimento das últimas décadas, há que destacar o referido capital institucional. Efetivamente os sucessivos governos autárquicos, desde o saudoso Sargento Paz, com harmonia entre as diferentes sensibilidades políticas, foram capazes de desenvolver uma trajetória sempre crescente, da infraestuturação em 80/90, até à fase mais imaterial recente, muito centrada no Turismo, com grande desenvolvimento desde a festa da Castanha até aos festivais medievais e aos eventos culturais de alta qualidade.

Embora, como dizia o Dr. Bugalho - "nós vamos fazendo a nossa parte mas estamos muito dependentes de Portalegre" - um pequeno concelho sozinho não chega, e muito tem feito Marvão. Nos últimos anos começámos finalmente a assistir a um maior dinamismo coletivo da Associação de Municípios, lutando por projetos comuns, como a barragem do Pisão, por comparação aos tempos em que cada presidente de Câmara só olhava para si e ia em segredo a Évora, pensando que enganava o vizinho do lado e trazia mais dinheiro. E claro, venciam só os maiores, sem estratégia conjunta. Desses anos resultou o distrito mais pobre do país.

Mesmo assim, dentro do contexto distrital, Marvão fez o que pôde e tem condições para um futuro melhor.

- O futuro

Fruto dos já referidos fortes recursos intangíveis (tradições, expressões orais, artísticas, sociais, rituais e atos festivos, conhecimentos e técnicas artesanais tradicionais), atuando em cima dos tangíveis (elementos naturais, edificações, paisagens, arqueologia ou obras de arte) a trajetória do setor turístico tem sido notável, e tem condições para continuar.

No entanto qualquer monocultura, também o turismo, tem um limite. A dependência excessiva do turismo é uma fragilidade a longo prazo. Marvão, como o resto do distrito de Portalegre, tem uma nova etapa a construir. Imaginemos que começam a faltar castanhas para a feira? E que externalidades tem esta e outras feiras se faltarem os produtos que promovem? As feiras e sua promoção começam a ser um custo e não um investimento, se não continuarmos a promover os setores primário e secundário.

Volto à base, à agricultura e pastorícia, à água que a alimenta, tal como antigamente aos moinhos. Aos castinçais, aos carvalhais, a tudo que alimentou a criação do Parque Natural e posteriormente promoveu este desenvolvimento turístico.

Efetivamente uma árvore que floresce muito, se lhe faltar a água e adubo na raiz, rapidamente morre. Para que o turismo seja sustentável teremos que manter as atividades de base, que criaram as condições físicas, sociais e saberes que lhe dão suporte, e devem também eles desenvolver-se. Não podemos eternamente mostrar o burro e o arado aos turistas.

- A água

Já referimos o incidente dos anos 80 sobre a adução da água a Portalegre. Os Marvanenses, especialmente os de São Salvador da Aramenha, sempre se orgulharam dos seus "Olhos de Água". Ver, em anos de grande seca, eles "secarem" (modo de dizer, apenas à superfície porque o manancial é imenso) é uma dor de alma e conflitua com o sentido de posse dos recursos locais.

Tal como nas outras regiões do país, também aqui o abastecimento de água às populações passou a ser com recurso superficial, preservando o subterrâneo e os níveis freáticos dos calcários da Escusa.

Construiu-se há 30 anos a Barragem da Apartadura, com reforço de armazenamento a partir do Açude do Carvalhal e delimitou-se o perímetro de rega com cerca de 400 ha.

É uma pequena barragem, é certo, ainda assim a única que a

democracia deu ao distrito (Caia, Montargil e Maranhão são dos anos 60 e estas duas para regar o Ribatejo com água da serra de S. Mamede). Pelo contrário no resto do Alentejo, para além de Alqueva, foram mais de umadezena.

Mas, com os seus mais de 7 milhões de metros cúbicos, dá bem para os três concelhos (que deviam ter política comum) e ainda para regar os 400 ha de regadio. Infelizmente a Direção Regional de Agricultura do Alentejo não quer saber do assunto, nem sequer cria as condições para ter uma Associação de Agricultores ativa e o resultado é o aproveitamento inferior a 40 ha, ou seja 10%.

Em 1999, trouxemos cá uma delegação italiana, com pessoas que tinham projetos interessantes no sul de Itália e exportavam já para toda a Europa. O diagnóstico para hortícolas não foi brilhante (por causa da temperatura) e gabaram muito o sudoeste Alentejano. Sabemos hoje a revolução aí operada (com os seus problemas que deveriam ter sido acautelados).

Mas outros produtos serão de certeza competitivos para estas condições. Tanto no regadio, como no sequeiro, em todo o concelho com a sua diversidade de paisagem e culturas. Não falo em pormenor porque não domino a arte, mas sei por exemplo que a Universidade de Trás-os Montes tem feito estudos sobre castanheiros de regadio e outras culturas em situações parecidas connosco.

O facto de estarmos longe da Universidade de Évora, e de Portalegre também não andar nem desandar, não nos deve inibir. Se necessário façamos intercâmbio com Trás-os Montes.

Apesar de não ser o seu "core business", a Câmara de Marvão poderá procurar parcerias com agricultores/empresários locais, Universidades e promover projetos agrícolas experimentais, recorrendo a Fundos Comunitários e pressionar os atores relevantes, desde logo a Direção Regional de Agricultura.

No limite, todos os ativos que Marvão possui e potenciam o Turismo, tiveram origem no solo e na água, no desenvolvimento agrícola e

industrial ao longo de séculos.

Essas atividades base, para além da riqueza, emprego (incluindo o qualificado), desenvolvimento e fixação de populações, são essenciais para dinamizar ainda mais e manter o Turismo na sua máxima potencialidade. Sem elas o definhamento, provisoriamente mascarado com a atividade turística, seria inevitável.

Luis Loures - Presidente do Instituto Politécnico de Portalegre
(apresentou uma comunicação oral)

Introdução

A Professora Doutora Helena Freitas, Coordenadora da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, diz-nos que "é preciso promover uma participação activa e um envolvimento empenhado de autarquias locais, comunidades intermunicipais, associações, empresas e pessoas na construção de um interior mais coeso, mais competitivo e mais sustentável" (1).

É imperativo social que os territórios do interior, através das suas especificidades, particularidades e singularidades, possam afirmar o território num contexto de modernidade global(2).

Daí, ser urgente recuperar o todo nacional como construção social. Nos finais do Séc. XX, assistimos a um processo a que chamaria de banalização do território, ou seja, de precarização socioespacial promovido por um sistema económico altamente concentrador que estimula e pressupõe formas de integração global fortemente assimétricas(3).

Mas todos sabemos que os territórios são formados por lugares contíguos e em rede.

O território precisa de ser sempre compreendido numa perspectiva integradora, ou seja, como um domínio politicamente estruturado e também como apropriação simbólica, identitária, inerente às classes sociais e ao produto gerado por ela, como nos diz o geógrafo Haesbaert (4). Além disso, é necessário considerar sempre a perspectiva relacional para o todo territorial, tendo sempre presente a multidimensionalidade de poderes.

Mas os tempos que vivemos, exigem a construção de novas horizontalidades, que permitam "(...) a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que nos liberte da globalização perversa que estamos a viver e nos aproxime da possibilidade de

construir uma outra globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade" (5).

Para isso, fala-nos Pecqueur, professor universitário, de uma saída para o problema que passa pela diferenciação dos produtos dos territórios. Os sinais distintivos de um território, sua especificidade, seriam entendidos, então, como uma vantagem diferenciadora(6).

Como por exemplo, as experiências de Denominação de Origem Controlada ou Protegida (DOC/DOP) em Portugal ou outras formas organizacionais correlatas, são exemplos dessas estratégias de especificação.

Possuir ativos com algum grau de especificidade, em geral, é considerado uma vantagem diferenciadora para determinadas regiões e concelhos.

O território precisa, por isso, de ser sempre compreendido numa perspectiva integradora como afirma Haesbaert em 2006, ou seja, como um domínio politicamente estruturado e também como apropriação simbólica, identitária, inerente a todas as classes sociais ou populacionais e ao produto criado. Além disso, é necessário considerar a perspectiva relacional para o território, enfatizando a multidimensionalidade de poderes que sobre ele se fazem sentir (Raffestin, 1993).

Em Marvão, e neste Alentejo, temos tantos e tão bons activos territoriais que não podemos desperdiçá-los.

I. Evolução da População em Marvão

Como todos sabemos, a história é um elemento fundamental para a leitura do capital territorial e demográfico. Em 10 anos, o Distrito de Portalegre teve uma variação negativa de 11,4%. Em 2021, o Distrito de Portalegre tem menos 13.863 residentes comparativamente a 2011 (7).

Neste ritmo, no ano 2050, haverá 63.400 residentes em todo o Distrito de Portalegre correspondendo a menos que aos actuais residentes dos

concelhos de Elvas, Campo Maior, Ponte de Sôr e Portalegre (no total deste concelhos 66830 habitantes). Portalegre é a capital de distrito que perdeu mais população e é também o município capital de distrito com menor número de habitantes.

Em termos globais, nos últimos 10 anos, o Alentejo foi a NUT de nível II com a quebra de população mais expressiva em Portugal (-6,9%).

Só 3 concelhos do Distrito de Poralegre (Campo Maior, Castelo de Vide e Ponte de Sôr) tiveram uma evolução negativa abaixo dos 10%.

Em 1960 Badajoz tinha 96.317 habitantes. Hoje, Badajoz tem 150.000 habitantes. Cresceu 36%. Aqui, em Portalegre, diminuámos mais de 22%.

Como podemos verificar pelos diversos censos realizados à população portuguesa nas últimas décadas e outros registos similares, o Concelho de Marvão apresenta uma evolução populacional idêntica à sofrida pela generalidade da Região Alentejo, com fortes perdas populacionais desde os anos 50. No entanto a recessão populacional foi aqui mais forte principalmente na década de 60 (o concelho perde nesta década 27 % da sua população). Na década de 90, o concelho perdeu 19% da sua população contra ligeiros decréscimos registados na região Alentejo e no Distrito de Portalegre. Os saldos migratórios negativos associados às tradicionais baixas taxas de fertilidade do Alentejo teve como consequência uma dinâmica demográfica fortemente recessiva. De acordo com os dados definitivos resultantes dos Censos 2011, o Concelho de Marvão conta com uma População Residente de 3512 habitantes, sendo 1723 do sexo masculino e 1789 do sexo feminino. Em 2021, temos 3021 habitantes (-491 residentes), com uma variação negativa de 13,98% em relação a 2011.

II. O que são activos territoriais?

Os activos territoriais são factores determinantes para o desenvolvimento de um determinado território. Os quais exigem um particular destaque em relação ao mercado, na qualidade do seu

produto e no benefício à sociedade e ao ambiente do território onde está inserido. A sua importância económica e social habilita-os a influenciar outras cadeias, directa ou indirectamente ligadas, no sentido de transmitir os mesmos critérios de qualidade dele exigidos (8).

Por isso, os activos territoriais implicam necessariamente relações de carácter social, político, económico e cultural, por vezes até religioso, inseridas na história de uma sociedade situada num território ou região.

Precisamos, então, de tratar diferente o que é igual...

Daí que, o papel dos activos territoriais são fundamentais como promotores de um sistema de inovação territorial que viabiliza o sistema de desenvolvimento de aldeias e vilas criativas.

Os activos territoriais são factores em uso, utilizados na produção de mercadorias ou serviços num determinado território. Já os recursos são factores a revelar, a desenvolver ou a organizar como potenciais reais. As estratégias de especificação de activos territoriais podem ser consideradas formas de valorização das vantagens sustentáveis dos territórios, na perspectiva de contribuir para a qualificação do seu processo de desenvolvimento, conforme nos diz Valdir Roque Dallabrida (9).

Assim sendo, os activos territoriais contemplam recursos pertencentes a um determinado espaço geográfico e possibilitam o desenvolvimento territorial. Os activos podem evoluir em diferentes processos, tornando-se recursos sustentáveis para o desenvolvimento territorial. Mas estes recursos precisam de ser sempre aperfeiçoados ou adaptados às transformações sociais, políticas, tecnológicas e ambientais. É sempre um processo em mudança...

Dos activos territoriais destacamos: o intelectual, o social, o cultural, o natural e o institucional.

Intelectual

Mesmo sendo um conceito mais utilizado para o meio empresarial, tem a mesma conotação quando relacionado com os activos territoriais. O activo territorial intelectual é o conjunto de capacidades,

conhecimentos, competências e atributos de personalidades que favorecem a realização de trabalho de modo a produzir valor económico. O activo territorial intelectual "constitui a matéria intelectual-conhecimento, informação, e experiências que podem ser usadas para gerar riquezas (10).

No caso da nossa Região e mais em concreto de Marvão, é essencial reunir, escutar as pessoas que vêm de outros países, outras culturas e colocá-las em diálogo. É preciso ouvi-las...

Não podemos desperdiçar tanta gente (arquitectos, engenheiros, médicos, escritores, etc, etc...) que adquiriram imóveis e que passam muitos fins de semana no nosso concelho de Marvão e que têm visões diferentes sobre o nosso concelho. Não podemos desbaratar este capital intelectual...

O activo territorial intelectual é essencial para o processo de desenvolvimento territorial, pois dá importância ao valor do conhecimento e ao talento dos indivíduos num determinado território. Nesse sentido possibilita criar configurações específicas de competências complementares, influentes para o desenvolvimento desse território.

No concreto, passa por valorizar os costumes e tradições, comida dos migrantes residentes no nosso concelho...Promover debates e colóquios com visões diferentes em locais diversos...

O capital humano é fundamental para atrair talentos. Essa realidade contribui para o desenvolvimento de negócios e actividades criativas e sustenta pólos criativos. Desta forma, a grande força de desenvolvimento de um concelho passa a ser a sua capacidade de atrair e reter indivíduos criativos.

Perante o que foi dito, percebe-se que o activo territorial intelectual com a presença significativa de capital humano, incentiva a formação académica, com programas de formação técnica e a promoção de conhecimento por meio de actividades criativas locais.

Daí a urgência em criar programas de formação profissional agrícola,

em cooperação com as escolas agrícolas da nossa região ou regiões (Mouriscas, Santarém, Alter do Chão) e escolas superiores agrárias (Elvas e Castelo Branco), visando o rejuvenescimento empresarial agrícola e a recuperação de terrenos baldios na nossa Região.

Por outro lado, é fundamental criar e incentivar a realização de 'Universidades de Verão' transfronteiriças tendo em vista a diversificação e o desenvolvimento de novas competências associadas ao território desta Região em cooperação com o Ensino Superior da Extremadura Espanhola e o Instituto Politécnico de Portalegre e a Universidade de Évora.

Social

O activo territorial social, segundo Putman, (1993), refere-se "às redes de relacionamento baseadas na reciprocidade e confiança compartilhadas entre as pessoas, fruto da própria interação social, onde são de vital importância os fluxos de informações, os níveis de confiança e as formas institucionais e não institucionais de controle social" (11). É imperativo que todos os concelhos da nossa Região tenham a presença da internet em todos os lugares ou aglomerados populacionais...

Fazer todo o possível... para que haja uma total cobertura de banda larga móvel no sentido de defender os interesses dos munícipes, dos consumidores e promoção dos activos territoriais para que haja difusão dos benefícios inerentes à sociedade de informação e diminuição da extensão das zonas excluídas, como ainda acontece no concelho de Marvão.

No caso concreto de Marvão, é fundamental uma contínua e constante divulgação de eventos que atraem milhares de visitantes 'endinheirados' ao nosso concelho. Exemplos: Festival de Música Internacional de Marvão (FIMM), Al Mossassa, a Feira da Castanha, a Procissão dos Encapuçados na Sexta Feira Santa, a Procissão de Nossa Senhora da Estrela, etc...

O activo territorial social abrange as relações entre todos os atores

sociais, como o principal promotor das relações humanas, sejam elas públicas ou privadas, formando laços de confiança e cooperação que estimulam benefícios económicos mútuos.

Urge, por isso, colocar nas mãos de quem nos visita uma brochura actualizada onde conste todos os eventos de todas as freguesias da nossa Região, o nome de todos os restaurantes, lojas, caminhos, aquisição de produtos de qualidade (castanha, vinho, azeite, queijo, produtos hortícolas, artesanato...), turismo de habitação, etc... Haver um turismo "em rede". Ainda temos a tendência para cada um 'caçar' com os seus meios...

O activo territorial social e sua envolvência, permitem a valorização da cultura, das raízes, dos costumes, além da manutenção do património cultural. Percebe-se, assim, uma saída para preservação deste território, como forma de transformar os efeitos provocados pelo processo de globalização, que consequentemente interfere na identidade socioeconómica e cultural de uma região ou concelho. Deve-se considerar, entretanto, que os territórios com características inovadoras podem aproveitar-se do processo de globalização e dos recursos territoriais como elementos cruciais ao desenvolvimento. Isto é, *diferenciar-se sem ignorar sua essência...*

Por outra parte, construir e promover uma nova narrativa sobre o Interior é urgente...mudar percepções, organizar novas ofertas e construir uma ideia e referencial diferentes sobre esta Região do país, mais de acordo com o seu real valor e com as aspirações de futuro dos seus agentes e populações.

É preciso, promover a chamada atractividade territorial, que consiste na existência de uma acção organizada e articulada entre as diversas forças vivas e os apoios da comunidade europeia, quer no que respeita às ofertas existentes no interior, quer igualmente no que concerne às mensagens, imagens e iniciativas de promoção e comunicação destes territórios, numa lógica integrada e global (12). *É exigente mas é possível...*

É fundamental uma gestão de marketing territorial ativa, isto é, uma maior e mais positiva notoriedade para esta Região e consequentemente para o nosso concelho de Marvão.

Isto acontece, privilegiando um verdadeiro acolhimento de quantos entram na fronteira e numa atraente divulgação de quanto existe de extraordinário nos nossos concelhos: No caso de Marvão, divulgando e valorizando as choças, as caleiras da Escusa, as Ruínas da cidade de Ammaia, as fontes naturais, o turismo de linha na Beirã, etc...

Haja redes de relacionamento, fundamentadas na confiança, parceria, cooperação e inovação, desenvolvidas por indivíduos dentro e fora deste concelho de Marvão, com objetivo de facilitar o acesso à informação e ao conhecimento, gerando valor económico e social por meio do impacto na produtividade de indivíduos e organizações, impactos estes que acabam impulsionando o desenvolvimento dos territórios (13). É necessário criar interesse por tanta coisa que faz de 'excelente' nas nossas comunidades. Exemplo, as conferências sobre a olivicultura, o azeite...no Porto de Espada.

Fomentemos e aprofundemos com diversas actividades culturais, desportivas e económicas as relações transfronteiriças, otimizando recursos e equipamentos existentes, contribuindo desta forma para a coesão social dos Municípios na Região fronteiriça. Exemplo: o sucesso do Torneio Internacional para camadas jovens, na quadra Pascal, em Castelo de Vide.

Promover e organizar Cimeiras entre o Municípios desta Região e outros Municípios da Extremadura Espanhola, com alguma periodicidade, com o objetivo de avaliar e definir prioridades, estratégias e projetos regionais ou locais de cooperação, designadamente em temas de interesse comum como os recursos hídricos, a fauna, os monumentos, a inclusão, os transportes, entre outros(14).

Estimular a realização de feiras transfronteiriças, com a participação de produtores marvanenses e espanhóis, com o objetivo de comercializar os respetivos produtos endógenos, reforçando as relações sociais e

comerciais entre as nossas comunidades fronteiriças alternando, por exemplo, entre o concelho de Marvão e municípios da região da Extremadura. Mensalmente, promover uma feira de produtos hortícolas no Castelo de Marvão. O mercado semanal de Estremoz é um exemplo fantástico de relações sociais e comerciais desta Região e Espanha. *É fundamental uma visão de futuro comum...*

Cultura

O activo territorial cultura é entendida por um conjunto de convenções sociais, as quais definem as normas de comportamento, costumes e as regras que fundamentam as interacções sociais mas que, por sua vez, fornecem orientações na formação de padrões de comportamento estabelecidos pelas crenças, ideologias, núcleos culturais, sistemas, regras e processos de tomadas de decisão (15).

Este activo é fundamental no processo de desenvolvimento territorial. É importante sublinhar que esta realidade cultural define posicionamentos instituídos por pessoas e por organizações, sejam elas públicas ou privadas. Pois, o desenvolvimento territorial necessita da promoção da cultura e esta não vive sem o seu território. Exemplo de tudo isto são as feiras, eventos, exposições, cinema, teatro, dança, festivais. Os territórios têm de ser vistos como foco no desenvolvimento dando prioridade aos investimentos na valorização e preservação do seu património cultural.

É preciso privilegiar animação de rua nas sedes dos concelhos e aldeias, sobretudo aos fins de semana de Abril a Novembro...envolvendo os residentes e motivando a participação de todos...com actividades culturais, científicas e turísticas.

Revitalizar e reinventar as semanas gastronómicas: borrego, bacalhau, azeite, peixe do rio, cabrito, etc...

Que fosse incluída a reabilitação do Ramal de Cáceres, desde Torre das Vargens até Valença de Alcantara, no Plano Ferrovia - Corredor Internacional de modo a viabilizar um transporte ferroviário: promovendo a interoperabilidade ferroviária com a rede espanhola e

européia (16), levando à consecução de muitas iniciativas que promovam a mobilidade no interior para fins turísticos e não só...

Natureza

Este activo territorial natureza e toda a sua envolvência é fundamental para que haja um desenvolvimento sustentável sem comprometer as gerações vindouras de atenderem às suas próprias necessidades, como afirma a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

É de capital importância que os nossos territórios assumam a sustentabilidade ambiental, sem a deteriorar, nos seus projectos e acções de desenvolvimento futuro, pois isso traz maior identidade territorial aos nossos concelhos.

Deixamos algumas modestas sugestões: divulgar com nova sinalética as caminhadas pela natureza, etc... facilitando os transportes entre freguesias e a sede dos concelhos;

Promover a riqueza única que constitui a Serra de S.Mamede (as paisagens a biodiversidade, as espécies autóctone e exóticas, etc.);

Incrementar o gosto pelas caminhadas em passadiços na valorização ambiental;

Promover e valorizar as quintas pedagógicas, colocá-las nas rotas do turismo local, adequando a rede da oferta do Ensino Profissional às necessidades de valorização do interior do território.

Valorizar os produtos dos nossos concelhos e a gastronomia local na oferta formativa da Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre e em todas as entidades formadoras que ministrem cursos na área da restauração.

Valorizar os nossos agricultores, o tempo de aposentação de muitos dos nossos residentes, a economia de proximidade, através da criação de incentivos e da promoção de campanhas para que as autarquias e outras entidades locais (IPSSs, ERPIs, Escolas) consumam e promovam os produtos das nossas hortas, etc..

Não esquecendo a ocupação, refuncionalização e requalificação de

edifícios ou espaços abandonados ou obsoletos, de propriedade pública (17) e não só, existentes nos nossos concelhos, tendo em vista a sua reabilitação e a fixação de novos residentes.

O institucional, na área social

Hoje em dia, o Distrito de Portalegre tem, em média, duas instituições por freguesia. Revela o empreendedorismo, a ousadia, a capacidade de inovar, a competição saudável entre localidades e a sensibilidade em questões sociais: Apoio ao Domicilio, Centro de Dia, Centro de Noite, ERPIs, Deficientes, Creches, CATLs, Unidades de Cuidados Continuados, etc..

O Distrito de Portalegre sofreu uma evolução positiva no surgimento de novas Instituições Sociais entre os anos 2005 e 2015. Passando de 101 para 135 Instituições, abrangendo aproximadamente 10.036 utentes. Isto é, em cada 12 residentes no Distrito de Portalegre, um é utente numa resposta social. Em elementos voluntários que constituem os vários Órgãos Directivos das Instituições Sociais, temos cerca de 1.700 em todo o Distrito de Portalegre. Um potencial muito importante para a criação de riqueza noutros sectores da economia regional. Ao invés, o Distrito de Portalegre tem perdido peso no contexto nacional, pois tem assistido ao encerramento de serviços, à diminuição de empresas, ao crescimento do número de famílias por insolvência, à fuga/saída dos jovens, etc..

Em termos financeiros, entre os anos 2005 e 2010, em acordos de cooperação, apoios financeiros extraordinários e em Programas de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais, criação de Unidades de Cuidados Continuados e incentivo ao emprego, o Estado injectou um volume financeiro transferido para o Distrito acima de 160.480.030,30€.

Um Distrito, com várias limitações, mas ousado no Sector da Economia Social e com resultados bem animadores.

O número de colaboradores nas IPSS's do Distrito de Portalegre tem tido uma variação muito positiva ao longo dos anos. Pois, em todos os

concelhos do Distrito de Portalegre, o número de colaboradores nas IPSS's é maior que nas Autarquias.

Constatamos, por outra parte, que a maioria das Instituições dos Distritos do Alentejo possuem técnicos superiores formados nas Escolas do Ensino Superior do Instituto Politécnico de Portalegre, Beja e Universidade de Évora. Sobretudo, Técnicos oriundos dos Cursos Superiores de Enfermagem, Animação de Infância, Animação Educativa e Sócio Cultural, Serviço Social, Assistentes (Assessoria) de Administração, Contabilidade e outros.

Se em todos os outros sectores da Economia, houvesse esta dinâmica, criatividade, aposta, teríamos outro país e outra região...

Para concluir, a valorização dos activos territoriais da nossa Região Alentejo e da economia resultante das mais diversas nas áreas é fundamental para a coesão do todo nacional evitando, por outra parte, maiores assimetrias entre o interior e o litoral, o mundo rural e a realidade urbana e um despovoamento mais acentuado.

É urgente apostar-se, quer por iniciativa estatal quer privada, num investimento estratégico na agricultura, floresta, indústrias de transformação, energias renováveis e no sector turístico. Temos bons exemplos na nossa Região (Delta Cafés, IPSS's, no sector turístico, vitícola e outros...).

É preciso um trabalho mais desenvolvido nas áreas qualificadas para se construir um futuro sustentável no reconhecimento, valorização e potenciação de tantos tão bons activos territoriais existentes na nossa Região e mais em concreto no concelho de Marvão.

Citações

Prof. Doutora Helena Freitas, Coordenadora da Unidade de Missão in Programa Nacional para a Coesão Territorial

Idem

Rogério HAESBAERT, The Rogério Haesbaert's territory: conceptions and connotations in Produção do Espaço e Dinâmica Regional

Idem

Ibidem

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. *Política & Sociedade*, n. 14, p. 79-105, abr. 2009 e PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. Raízes, Florianópolis

Censos 2021 – Resultados em Portugal, PORDATA

Valdir Roque Dallabrida, Universidade do Contestado, Canoinhas, Santa Catarina, Brasil in *Ativos territoriais, estratégias de desenvolvimento e governança territorial: uma análise comparada de experiências brasileiras e portuguesas*.

Idem

Ibidem

Putnam, Robert. The prosperous community: social capital and public life. *The American Prospect*, (13), Spring 1993

Unidade de Missão para a valorização do Interior in Programa Nacional para a Coesão Territorial

Idem

Ibidem

Valdir Roque Dallabrida, Universidade do Contestado, Canoinhas, Santa Catarina, Brasil in *Ativos territoriais, estratégias de desenvolvimento e governança territorial: uma análise comparada de experiências brasileiras e portuguesas*.

Unidade de Missão para a valorização do Interior in Programa Nacional para a Coesão Territorial

Idem

BIBLIOGRAFIA

DALLABRIDA Valdir Roque, Universidade do Contestado, Canoinhas, Santa Catarina, Brasil in *Ativos territoriais, estratégias de desenvolvimento e governança territorial: uma análise comparada de experiências brasileiras e portuguesas*.

Prof. Doutora FREITAS Helena, Coordenadora da Unidade de Missão in Programa Nacional para a Coesão Territorial

HAESBAERT Rogério, The Rogério Haesbaert's territory: conceptions and connotations in Produção do Espaço e Dinâmica Regional

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA in Censos 2021 – Resultados em Portugal, PORDATA

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. Política & Sociedade, n. 14, p. 79-105, abr. 2009

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. Raízes, Florianópolis

PUTNAM, Robert. The prosperous community: social capital and public life. The American Prospect, (13), Spring 1993

UNIDADE DE MISSÃO PARA A VALORIZAÇÃO DO INTERIOR in Programa Nacional para a Coesão Territorial

PAINEL 3: UMA VISÃO JOVEM SOBRE MARVÃO, O QUE QUEREMOS PARA O FUTURO

Isabel Machado: “Perspetivas sobre o desenvolvimento do concelho”

“O meu nome é Isabel Bucho Machado, tenho 15 anos e moro em Marvão. É a primeira vez que participo numa iniciativa como esta e por isso peço desculpa pela falta de experiência. Faço-o porque acho importante que jovens como eu manifestem a sua opinião sobre o futuro da terra onde residem; daí estar aqui presente.

O meu avô criou e coordenou, há 20 anos, o I Fórum Marvão. Tal como ele, penso que este *forum* é útil para dar perspetivas de futuro à nossa vila, que tem características únicas. Precisamos conversar entre nós, mas também precisamos de gente com mundo que nos traga experiências bem sucedidas em situações semelhantes.

Nas suas comunicações, o meu avô fundamentou, historicamente, que as oscilações demográficas e socioeconómicas da vila variaram na razão direta da sua função primordial - que era defensiva - e na inversa do seu isolamento geográfico. Marvão, hoje, já não defende a fronteira, e estamos no interior do interior, junto à raia, no topo de uma montanha, no seio de uma região toda ela esquecida pelos sucessivos governos e em variadíssimas áreas.

Não há soluções milagrosas para resolver este problema. Mas aceitando, embora, o princípio de que só há desenvolvimento se for integrado, ou seja, se acontecer em vários setores interligados, não podemos perder de vista que é na nova vocação turística e cultural que devemos apostar seriamente. Como? A palavra-chave é: QUALIDADE!

Não tenho competência para apontar soluções. Mas permitam-me que dê uma sugestão relativamente ao “como fazer”. É que não se consegue

a qualidade sem técnicos de qualidade nos vários domínios e a câmara municipal está extremamente carenciada em várias áreas. Basta passearmos este Natal por localidades próximas ou semelhantes - como Castelo de Vide e Monsaraz, por exemplo - para nos apercebermos que das mais simples às mais complicadas animações natalícias, estamos muito longe da qualidade que outras vilas apresentam. Faço notar que estamos a falar de um produto turístico!

As ideias, os projetos, para darem certo, é preciso que sejam concebidos e realizados por quem sabe, por quem tenha mundo!

Há muita coisa, no campo do turismo e da cultura, que pode ser criado ou que precisa ser reformulado (a começar pela nossa festa mais tradicional, a da castanha). Mas não tenhamos dúvidas: se queremos fazer a diferença, se queremos progredir, temos de contratar ou pedir a colaboração a outros maestros que não só Christoph Poppen. Quem diria, há dez anos atrás, que um festival internacional de música clássica teria sucesso em Marvão?

O que é que evoluiu nestes 20 anos em Marvão? Que objetivos atingimos? Que sonhos perdemos pelo caminho? Eu não sei responder cabalmente a esta questão, eu não era sequer nascida há vinte anos atrás. Mas apercebo-me que se perde muito tempo com discussões fúteis, muito pessoais ou sectárias, que não trazem nada de positivo. Aliás, o simples facto deste *forum* acontecer 20 anos depois do primeiro, mostra claramente que se desprezou este importante espaço de discussão.

Que fundos comunitários aproveitámos? Que sementes para o futuro plantámos? Será que faltou visão e ambição? Eu acho que sim, já que em termos de património natural e cultural fomos abençoados à nascença. Mas não soubemos aproveitar as potencialidades. Outros, com muito menos, fizeram e fazem muito mais.

Não tenhamos dúvidas que o desenvolvimento de atividades turísticas, culturais, científicas e de prestação de serviços em geral são cruciais para revitalizar o concelho, ao mesmo tempo que a produção agrícola deve ser incentivada no que diz respeito aos produtos em que possuímos maior qualidade: oigo falar do vinho, do azeite, da castanha, da cereja. É importante investir nos ramos em que somos naturalmente mais fortes, mas deveria haver uma estrutura técnica competente para informar, incentivar e ajudar os empresários a utilizar os fundos da União Europeia.

De facto, Marvão não constitui um lugar aliciante para casais jovens, devido à sua excessiva pacatez (falta de diversões), isolamento geográfico, falta de desenvolvimento económico e dificuldades no campo da habitação. E como a maioria dos jovens começa por ter uma situação profissional precária e de baixos salários, facilmente se desloca para as cidades, nomeadamente para o litoral (particularmente para Lisboa), não se fixando e não constituindo aqui família.

Eu mesma, confesso, não me vejo a ingressar no mercado de trabalho do concelho. Pretendendo formar-me na área da Economia, aqui, fico com opções muito limitadas no que diz respeito ao mercado de trabalho, e para criar a minha própria empresa, como a minha mãe foi obrigada a fazer, as dificuldades são enormes, desmotivantes e os sectores de actividade muito reduzidos. Concordemos que nem tudo depende apenas de nós.

Aliás, termino como o meu avô o fez, há 20 anos, no I Fórum Marvão, e passo a citar: "É fundamental uma integração de políticas em todos os domínios: o problema de Marvão e de outras vilas fortificadas do interior é, antes de tudo, o problema do interior, a consequência da

persistência de políticas nacionais que têm acentuado assimetrias territoriais”.

É claro que nós também temos de dar uma ajudinha, já que ninguém fará por nós. Aqui fica, para já, o meu modesto contributo, deixando claro que apesar do que disse sobre a minha vida futura, eu gosto muito de Marvão. Fazendo minhas as palavras de José Luís Peixoto, "Eu tenho um lugar. Por isso nunca me perco no mundo imenso (...)".

“Estar aqui hoje, a participar num evento tão importante e simbólico como este segundo Fórum Marvão, é para mim um orgulho. Sendo eu nascida e criada em Marvão e tendo um orgulho enorme na minha terra, não podia ter deixado de aceitar este desafio que me foi proposto, com o qual aprendi muito e espero conseguir o meu concelho de alguma forma.

Decidi, desde início, que tinha de escrever sobre algo que me fizesse sentido, sobre algo que pudesse fazer a diferença. Assim sendo, propus-me a escrever um artigo sobre a desertificação do interior, que, por consequência, se deve especialmente à partida dos seus jovens para o litoral ou até mesmo para o estrangeiro.

Com a partida dos jovens, o interior torna-se cada vez mais envelhecido, o que se traduz não só no aumento do índice de envelhecimento, como também na redução da taxa bruta da natalidade e de população ativa. Além do mais, o conseqüente envelhecimento e desertificação do interior conduz, a longo prazo, ao afastamento e isolamento da região e das suas pessoas, em relação aos grandes centros urbanos, encontrados no litoral, levando à estagnação e falta de dinâmica e oportunidades no interior, o que irá levar cada vez mais e mais jovens a deixarem as suas terras.

Marvão, sendo um dos muitos concelhos do interior de Portugal, não é exceção a nenhum destes fenómenos. Como comprovam as estatísticas, Marvão tornou-se, ao longo dos anos, num concelho extremamente envelhecido, onde, por cada 100 jovens, existem 373 idosos. Se já por si só este é um valor assustadoramente elevadíssimo, ao compararmos-lo com o valor nacional, de cerca de 182%, percebemos então que, de facto, estamos a entrar num caminho bastante perigoso, que pode conduzir o nosso concelho à desertificação completa.

Além disso, a contínua diminuição do número de jovens que habitem

no concelho, especialmente devido à sua partida para outros lugares, onde possam ter direito a tudo aquilo que não encontram aqui, contribui significativamente para a estagnação, desertificação e isolamento de Marvão, que deveria e tem obrigatoriamente de manter os seus jovens aqui e de receber de braços abertos aqueles que queiram fazer do nosso concelho a sua casa.

Contudo, relativamente a este último ponto, tem-se vindo a verificar, como creio que podemos todos concordar, através do nosso conhecimento pessoal, um aumento exponencial do interesse da população citadina no interior. A confusão da cidade, a poluição, o custo elevado das rendas, a falta de espaço necessário para tantos milhares de pessoas, a diminuição da qualidade de vida citadina são apenas alguns dos fatores que têm levado os habitantes dos centros urbanos a procurar a paz do interior, onde possam levar uma vida muito mais tranquila do que aquela que tinham na cidade, em constante contacto com a natureza.

Tendo em conta estas ocorrências, com o meu artigo, decidi criar e propor diversas medidas, relativas a várias áreas, com o objetivo principal de apelar ao regresso dos jovens que deixaram o interior e à vinda da população dos grandes centros urbanos para o concelho.

Quero então terminar a minha intervenção dizendo que tenho plena consciência de que o problema da desertificação do concelho é algo difícil de solucionar e que requer muito esforço, especialmente a nível económico. No entanto, eu acredito na força dos marvanenses e acredito que, juntos e com a garra que nos caracteriza, seremos capazes de combater e reverter esta tendência.

Obrigado.”

"Resumo:

Paisagem e Património são dois conceitos indissociáveis, constituindo-se como matérias de pensamento em permanente redefinição. A noção de paisagem como património vem abrir novas leituras, obrigando a um olhar simultaneamente mais abrangente, mas também mais exigente, na caracterização dos critérios de valor que gerem a classificação da paisagem construída pelo homem.

Tendo a paisagem e o território uma capacidade de abrir o campo à profunda investigação dos seus constituintes na procura de uma melhor compreensão e definição, a arquitetura dos seus objetos e sua consequente influência na rede económica e paisagística não fugiu à exceção. Se da economia se proporcionavam os fluxos e dinâmicas no mercado, interessa agora compreender como da arquitetura se consegue repotenciar esses territórios repletos de um património obsoleto. Para ativar estas paisagens, é necessária uma profunda compreensão dos seus potenciais e fragilidades, que, por sua vez, nos transmitiram de que forma se pode cultivar uma urbanidade sustentável que compreende a sociedade, os seus costumes e as suas relações com paisagem cultural e patrimonial.

O cultivo urbano refere-se à gestão sustentável das economias da terra e das organizações espaciais e de informação que envolvem as tais dinâmicas temporais. Os cultivos urbanos são aqueles espaços sociais cuja eficácia é das próprias dinâmicas sobre as quais se sustentam. Neste contexto, a arquitetura pode afirmar-se como uma exploração de espaços de oportunidade sobre os ecossistemas urbanos que estão sempre em contínua transformação. A estética do caos

A nossa "sofisticação" esconde importantes sintomas de cobardia relativos à simples questão de tomada de decisões, talvez o princípio mais elementar da construção da cidade. Somos dogmáticos e evasivos simultaneamente.

Hoje a nossa relação com a "crise" da cidade e do território é profundamente ambígua: ainda culpamos os outros por uma situação da qual somos responsáveis tanto pelos nossos incuráveis desejos utópicos, como pelo nosso desprezo. Destruímos disciplinas inteiras com a hipócrita relação que mantemos com o poder, seja por desdenho ou por ganância. Desentendemo-nos das suas competências, condenando assim a populações inteiras a possibilidade de codificar civilizações e a própria natureza, o que constitui em última instância a matéria do urbanismo e paisagismo.

Agora vivemos num mundo sem urbanismo, apenas com arquitetura, cada vez mais e mais arquitetura. "Nunca demolir, eliminar, ou substituir; sempre adicionar, transformar e reutilizar", sugerem os vencedores do prémio Pritzker 2022 Lacaton e Vassal, propondo uma redefinição na forma de pensar e ensinar a arquitetura para que esta responda cada vez mais aos desafios no nosso tempo e do próprio tempo. A sedução da arquitetura está na sua limpeza, em como define, exclui, limita, ou em como separa ou integra o "resto". Mas a arquitetura também consome. Explora até esgotar aqueles potenciais que apenas a sua imaginação pode inventar ou renovar.

A morte do urbanismo implica um desastre iminente: cada vez mais se implanta substância sobre raízes estranhas e inúteis.

Nos nossos momentos de maior indolência, rendemo-nos à estética do "caos" – "nosso" caos. Mas desde um ponto de vista técnico, o caos é o que acontece quando não ocorre nada. Não é algo que se possa compreender e desenhar. Atua por infiltração. Não se pode fabricar. A

única relação legítima que os arquitetos podem ter com a matéria do caos é a de tomar o lugar que lhes corresponde no conjunto daqueles que se dedicam a resistir, e finalmente são vencidos pelo próprio caos e pelo próprio tempo.

Tempo, a arquitetura e o território.

A ideia de tempo é inerente à arquitetura, isto porque a arquitetura não possui tempo, já que a sua aplicação surge nos primórdios da vida humana na necessidade de formalizar espaço, concedendo a capacidade de abrigar e estreitar a sua relação com o território onde se pretende fixar. A concepção de um lar além do acolher também parte do princípio de fortalecer e unificar relações humanas.

No entanto, a transversalidade da palavra "tempo" na arquitetura apreende subdivisões de compreensão diferentes. A compreensão da arquitetura leva o seu tempo e cada entendimento é transversal a um passado mais ou menos contextualizado e visível no presente, e aponta a um futuro que representa sempre uma ambição que raramente é indissociável da sua resistência ao tempo.

Contrariamente aos antepassados, onde a arquitetura representava um processo de várias camadas temporais, tardando uma obra séculos a ser construída, sujeitando-se assim a distintas técnicas e conceitos na sua concepção, hoje ela caracteriza-se pela sua necessidade no imediato. Os edifícios patrimoniais representam essa necessidade, sendo eles um conjunto que surge para apoiar essa mesma noção, caracterizando-se também eles, cada vez mais, por um resultado do seu próprio fracasso na adaptação às novas vontades dos tempos. Estes edifícios concebidos muitas vezes sem qualquer tipo de conservação e respeito sobre o seu entorno representam uma urgência socioeconómica da atualidade, resultando em objetos mediáticos, descaracterizados e muitas vezes insensíveis. Este tipo de mediatismo divide-se em dois momentos, o

presente na sua concepção, ou seja, a velocidade de erguer num curto prazo um objeto que confronta o território, e, posteriormente, o seu tempo de sobrevivência. Este último, variável, maioritariamente diz respeito à sua efemeridade, que, mantendo a forma original, agora em renúncia de atividade deixou um rasto da sua vasta rede construída de comunicações e que conseqüentemente gerou novos pólos que por sua vez encontrarão o mesmo destino.

Tudo isto resulta numa paisagem obsoleta e a compreensão sobre a mesma é fundamental para um futuro construído e construtivo mais inteligente. Paisagem e Património são dois conceitos indissociáveis, constituindo-se como matérias de pensamento em permanente redefinição. A noção de paisagem como património vem abrir novas leituras, obrigando a um olhar simultaneamente mais abrangente, mas também mais exigente, na caracterização dos critérios de valor que gerem a classificação da paisagem construída pelo homem.

Tendo a paisagem e o território uma capacidade de abrir o campo à profunda investigação dos seus constituintes na procura de uma melhor compreensão e definição, a arquitetura dos seus objetos e sua conseqüente influência na rede económica e paisagística não fugiu à exceção. Se da economia se proporcionavam os fluxos e dinâmicas no mercado, interessa agora compreender como da arquitetura se consegue repotenciar esses territórios repletos de um património obsoleto.

A grande base do conceito Paisagem Património é que ele engloba o património natural e o cultural, estes não mais concebidos de forma estática, mas como indissociáveis de um conjunto de atividades e de comportamentos que lhes dá sentido, ou seja, não existe preservação (nem requalificação ou revitalização) do património natural e do construído local sem as práticas sociais que são a eles agregadas e que correspondem às diferentes escalas e aos diferentes tipos de herança que ali existem, sem uma economia local que associe a microagricultura e/ou a microindústria, o artesanato, o trabalho autónomo e os serviços diversos acompanhados de atividades não-mercantis.

“A paisagem é muito mais do que as características visíveis de um território; assim, a sua definição deve ser ampliada para englobar as interações entre os indivíduos, suas atividades e o meio-ambiente. Novos elementos biofísicos, antropológicos, socioculturais, visuais e

econômicos vêm-se inscrever na noção de paisagem". (Charte du Paysage Québécois, 2000)

O Lugar de Marvão

O património tem na sua condição o valor de reavivar e potenciar um sítio, podendo contrariar as frequentes investidas de densificação urbana desordenada, de implantações modernas dramáticas sem qualquer sentimento de preservação do meio urbano, social e paisagístico.

No entanto, em Portugal, os processos de transição após a queda do Estado Novo e constante evolução dos meios de transporte fizeram surgir, nas paisagens portuguesas, um património paralisado e/ou desativado. Seja nas periferias urbanas ou em áreas rurais, fábricas, estações ferroviárias, as suas derivadas redes de transporte constituem uma rede articulada e funcional, sinais de modernização, porém hoje ultrapassadas. Certamente que estas edificações e infraestruturas resultaram em muitos casos de implantações sem qualquer sentimento de preservação do meio urbano, social e paisagístico em que se inserem, mas ao mesmo tempo elas criaram lugares providos de novas significações e em ligação à rede mais vasta e territorial.

Esta situação é particularmente sensível no Alentejo, igualmente visível no território de Marvão, onde se encontram inúmeros edifícios obsoletos e em relativo estado de conservação, que carecem da capacidade de se adaptar às transições e necessidades dos tempos. Inseridos num território continuamente exposto a um olhar crítico ambicioso, estes edifícios ou infraestruturas urbanas e ou paisagistas tornam-se facilmente alvo de olhares sobre o seu carácter enigmático, pelas suas capacidades de transmitir posições inquietantes acerca da sua veracidade enquanto espaços habitáveis e ainda mais porque o seu

território também ele é representado por uma efemeridade genérica perante as dinâmicas globais da sociedade. Transitórios e transportadores de uma memória ou valor de qualidade de espaço vazio, é essa ausência de uma atividade ou objeto que permite contemplar estes edifícios. Porém, a contemplação e o seu caráter de transitoriedade são os únicos limites pelos quais estes edifícios subsistem.

Entende-se que os lugares em que se situam estes edifícios carecem de vida ativa e dinamização com tendência ao despovoamento, envelhecimento e conseqüente esquecimento; portanto, a base de atuação não pode depender da sobrevivência do lugar e por isso deve centrar-se na sua capacidade de resistir a qualquer transformação local ou territorial, permitir espaço para a mudança e fundamentalmente transformar o tempo em seu aliado, ou seja, que a vontade e a sazonalidade se tornem elementos próprios do seu aspeto figurativo e do seu caráter, invocando o interesse pela sua intensidade e complexidade que oferece ao seu território. Deve-se promover uma mensagem que compreenda a paisagem como um património e nunca uma coleção de elementos isolados que compõem essa paisagem.

O projeto e os objetos na paisagem

O projeto e a investigação são indissociáveis, porque a melhor compreensão permite aumentar a probabilidade de agir em conformidade com as temáticas em cada caso. A urgência de responder aos anteriores panoramas que não são favoráveis ao desenvolvimento global do território pede uma procura sobre usos e funções que podem vir a complementar o território em que se inserem de modo a reforçar a sua utilidade e justificar o seu potencial. De outra forma, uma intervenção funcional revolucionária e inovadora pode representar um risco de falência acelerado, visto este conjunto de edifícios pertencer a um panorama territorial altamente conservador.

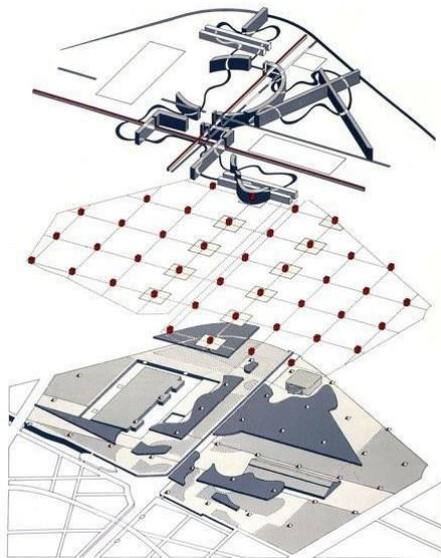
É também a oportunidade para voltar a refletir sobre uma das questões mais paradigmáticas da Arquitetura: o contentor arquitetónico como suporte neutro e silencioso, virtualmente inexistente, garante a afirmação exaltante de um conteúdo versus a obra arquitetónica *per se*, que se autoexibe, para a qual o conteúdo não é muito mais do que um mero pretexto.

Se há que definir um “novo urbanismo”, uma nova codificação do território e uma nova forma de entender a paisagem, não se podem fundamentar na fantasia da ordem e da onnipotência; representarão a incerteza. Não se ocuparão da disposição mais ou menos permanente dos objetos no território, senão da irrigação de potenciais no mesmo. Não procurarão configurações estáveis, senão a criação de entornos que favoreçam a acumulação daqueles processos que resistem a cristalizar-se de forma definitiva. Não consistirão na definição minuciosa de cada detalhe e na imposição de limites, senão na expansão de conteúdos e na negação das fronteiras; não consistirão na separação e identificação de entidades, senão na busca de híbridos inéditos. Nunca mais ficarão obcecados com a cidade, senão com uma manipulação das suas infraestruturas que torne possível intermináveis intensificações e diversificações, curto-circuitos e redistribuições, etc. Um conjunto capaz de reinventar o espaço psicológico e social. Já que a condição urbana está generalizada, nunca mais se poderá falar sobre o “novo”, senão do incremento e da modificação. Este processo de redefinição não só será uma profissão, mas também uma forma de pensar, cuja ideologia consistirá na aceitação do que já existe. Para assegurar a sua sobrevivência, o urbanismo do território e da paisagem terá que imaginar uma nova ideia do novo.

Um exemplo construído que permite contextualizar as últimas ideias expostas trata-se de um projeto em Paris do arquiteto Bernard Tschumi. Em 1982, o arquiteto ganhou o concurso para projetar o Parc La Villette.

Curiosamente, não desenhou um parque de forma tradicional onde a paisagem e a natureza eram as forças predominantes, mas concebeu um parque como um lugar cultural onde a natureza e o artificial convivem num estado de reconfiguração e descoberta constante. O parque funciona com sistemas autónomos, infraestruturas que os apoiam e que se sobrepõem numa rede para dar lugar à estrutura do conjunto. O parque desenvolve um complexo com um programa de instalações e infraestruturas culturais e de entretenimento. Funciona como um parque social e cultural com atividades que incluem ateliês, instalações

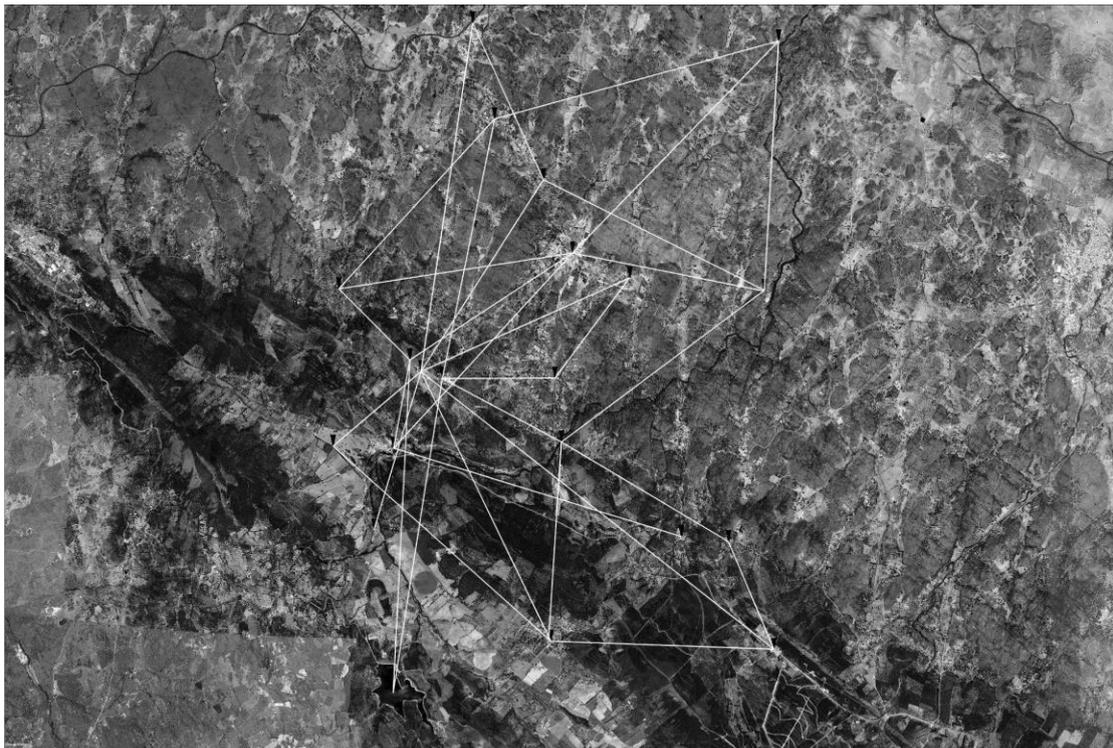
desportivas e banhos, pátios de recreio, exposições, concertos, experimentos científicos ou artísticos, jogos e concursos. Neste conjunto, interessa compreender que não se observam objetos simplesmente como objetos, acabados, sem formar parte de uma vida coletiva.



01_Parc La Villette. Bernard Tshumi.1982

Nem sempre a arquitetura é um fim. O fim muitas das vezes é o benefício social, o benefício para o homem no espaço urbano ou paisagístico. Isto é visível na forma como se mobiliza o turismo atual, o homem não procura exclusivamente o objeto, senão o lugar em que se integra e que o valoriza. O conjunto prevalece sobre o objeto.

O património representa um fundamental incentivo ao turismo, da mesma forma que funciona como um atrativo de fixação a determinados fluxos urbanos ou paisagísticos. Isto, quando não conseguido ou cuidado, aproxima estes lugares de situações como o despovoamento e o abandono. No entanto, o turismo apresenta uma grande valia na fixação e promoção de novas economias locais. É igualmente visível que a generalidade do turismo não se mobiliza em função de objetos, senão em função de um conjunto que apreende lugares e que por sua vez contém esses objetos.

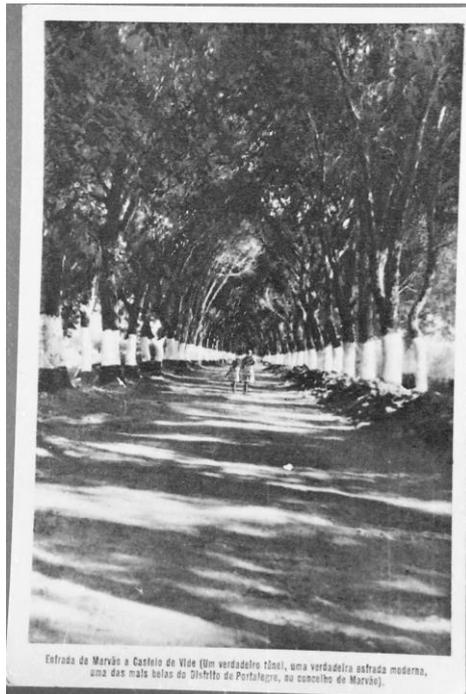


02_Território de Marvão. Um projeto em rede

Imaginemos uma paisagem num território como o de Marvão, que agregue todos os seus potenciais de interesse socioeconómico, cultural, lúdico, etc. num conjunto que funcione em unidade ou rede em lugar

de cada objeto isolado, espaço ou evento que se sustente por si só; que funcione como um grande parque de atrações ativando ou reativando espaços e edifícios localizados estrategicamente, capazes de dinamizar o seu entorno e complementar o seu conjunto territorial e paisagístico; que conceba uma estratégia articulada onde cada objeto ou lugar ativa ou apoia o próximo através de eventos interconectados.

Existe uma grande diversidade de elementos locais que transportam um valor construído por um passado distante e um potencial futuro que podem rapidamente apresentar resultados promissores ao serem reativados e outros com lugar para novas abordagens. Além do património construído de maior escala, existem elementos e conjuntos bastante representados na região por revalorizar, tais como as choças, muros de pedra seca, antas, menires, calçadas romanas, etc. Por exemplo, o caso do Túnel das Árvores, ou Alameda dos Freixos, apresenta um potencial de reavivar um passado onde regularmente se poderia percorrer pedonalmente, sem que este perca o seu funcionamento e desempenho atual. A zona da Barragem da Apartadura, além do seu potencial lúdico, representa igualmente uma atração na interpretação da paisagem. Até a própria noção de fronteira territorial representa um atrativo. Não só na possibilidade da mesma se poder cruzar ou também de habitar (o caso do rio Sever), mas esta transporta, igualmente, um valor que vai além da perceção física. Mas o maior potencial de toda região não reside exclusivamente em espaços concretos, senão sobre a promoção de toda a paisagem que engloba todos estes elementos



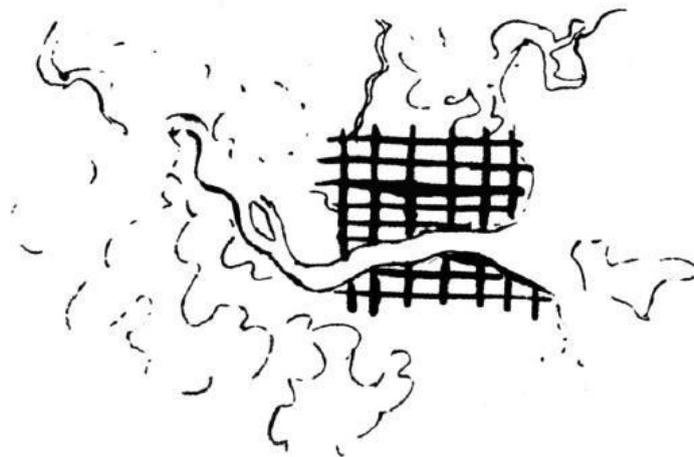
03_Alameda dos Freixos

A urgência de responder a estes panoramas que não são favoráveis ao desenvolvimento do território pede uma reflexão e, por sua vez, uma atuação minuciosa. O potencial da Paisagem Património está na reação aos seus próprios limites. Pequenas reativações locais ajudarão a cultivar novos hábitos, novos costumes e novos fluxos no seio socioeconómico. Haverá que promover a interligação entre elementos da paisagem que suscitem reativações locais e beneficiem a noção de um "evento" global. Haverá que apostar em conceber um lugar de objetos articulados em detrimento de cada objeto no seu lugar.

Por fim, terminar com um dos grandes revolucionadores do movimento moderno, Le Corbusier. A paisagem é uma presença real em todos os seus esquissos. É a constante que define um conjunto de desenhos diferentes entre si. Na sua definição dos cinco pontos fundamentais da arquitetura como condição para a existência da experiência moderna do edifício, existe sempre uma relação direta com a natureza e paisagem numa forma de possibilitar a articulação harmoniosa e de cooperação

mútua entre a arquitetura e a natureza. Posteriormente, Le Corbusier introduz-nos a *promenade architecturale*. Este último torna-se um ponto crucial na forma de abordar a aproximação à arquitetura, na medida em que o percurso na sua extensão introduz ao homem um conjunto de perspetivas, disposições e acontecimentos por vezes inesperados que antecedem a obra e que igualmente acabam por fazer parte da perceção real do utilizador. O percurso passa a tratar-se de uma ação de colecionar objetos, visões e momentos.

É esta última visão que me interessa reforçar, na medida em que, quando contextualizada sobre o território de Marvão, a proposta de reflexão sobre um sistema articulado em rede, ou "*natureza dominada*" (ÁBALOS, Iñaki: *Le Corbusier, Naturaleza y Paisaje*, en *Doblando el ángulo recto: siete ensayos en torno a Le Corbusier*, Círculo de Bellas Artes, Madrid, 2009) permite ao utilizador uma maior interação e aproximação aos lugares e às obras que nunca será linear; na medida em que uma obra é muito mais do que um objeto e que o seu entorno (negativo) representa na mesma proporção a definição material desse objeto.



04_ *Natureza Antagonista*. Le Corbusier.1954

Mafalda da Cruz Machado: “Desenvolvimento social em Marvão: Haverá espaço para as/os jovens?”

“Considerações Iniciais

O presente ensaio visa refletir sobre as necessidades de desenvolvimento social no concelho de Marvão, focando a sua análise nos jovens residentes no concelho de Marvão, identificando as necessidades específicas deste grupo etário, visando à sua fixação.

Não se pode falar de desenvolvimento social sem descurar do conceito de despovoamento, tema que tem ganhado particular importância no nosso concelho nos últimos anos. Em Portugal, o declínio populacional e envelhecimento são desafios enfrentados por todo o interior. Nas últimas décadas, muitos concelhos, nomeadamente Marvão, conheceram grandes transições demográficas sobretudo devido ao êxodo rural e ao envelhecimento da população que ficou. Em termos censitários, temos um país cada vez mais litoralizado e temos um vasto interior de norte a sul que está a definhando e em risco de se encontrar numa situação de não retorno. Segundo os Censos 2021, é possível verificar que houve um decréscimo populacional face a 2011, de 3512 para 3021.

A longo prazo, a desertificação do interior com a saída dos jovens, terá custos sociais, económicos e ambientais e a solução passa por inverter as políticas públicas até então apresentadas.

O primeiro passo para esta mudança, que por si só, será lenta, deve ser planeada a longo prazo e começa com a elaboração de um Diagnóstico Social atualizado com dados que foram fornecidos em 2021 pelo Recenseamento da População, e posteriormente, com a criação de um Plano de Desenvolvimento Social, que depois de elaborado, será o alicerce fundamental para dar resposta às necessidades da população em geral.

Esta problemática leva-nos para outras questões que daí advêm, como

o desinteresse geral dos jovens pela política local, por existir um descrédito nos decisores políticos e pela falta de propostas concretas que valorizem e incentivem esta parte do tecido social do nosso concelho a querer investir e residir em Marvão.

Em larga escala, é urgente falar de habitação, educação, emprego, desporto e vida social. O papel do Município, passa essencialmente por analisar estas variáveis, refletir e atuar sobre elas.

Palavras-chave: desenvolvimento social, despovoamento, jovens.

O Concelho de Marvão – Um olhar pelo social

O conceito de Desenvolvimento Social refere-se tanto ao capital humano como ao capital social de uma sociedade. Significa e consiste numa evolução ou mudança positiva nas relações entre os indivíduos, grupos e instituições de uma sociedade, sendo o bem-estar social o seu objetivo. Basicamente, o Desenvolvimento Social é entendido como um processo de melhoria da qualidade de vida de uma sociedade. Considera-se que uma comunidade tem alta qualidade de vida quando os seus habitantes dentro de um cenário de paz, liberdade, justiça, democracia, tolerância, equidade, igualdade e solidariedade, têm amplas e recorrentes possibilidades de satisfação das suas necessidades e também de poder pôr em prática as suas potencialidades e saberes com vista, a conseguir uma melhoria futura nas suas vidas, em termos de realização pessoal e da sociedade no seu conjunto. (Conceitos, 2014)

Relacionando este conceito com a realidade do concelho de Marvão, sabe-se que é uma zona com qualidade de vida, essencialmente a nível ambiental e social, no entanto, reduzindo o conceito à amostra em análise – os jovens – é essencial que se avaliem todas as variáveis consideráveis para se avaliar se estamos numa situação de desenvolvimento social ou não.

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, Muda-se o ser, muda-se a confiança; Todo o mundo é composto de mudança, Tomando sempre novas qualidades.

Luís de Camões¹

O excerto de Camões é uma boa forma de introduzir o tema da juventude, porque é disto que ela é feita – de mudança. Os jovens de hoje, serão os adultos e idosos de amanhã e para isso, há que os preservar e atender às suas necessidades tal como em todas as faixas etárias residentes no concelho. Os jovens representam cerca de 25% da população total do concelho – número interessante tendo em conta a desertificação que tanto nos assombra e que é uma realidade cada vez mais presente no interior.

Segundo dos Censos realizados em 2021, importa trazer para este ensaio dois quadros representativos da população residente em Marvão, por nos darem conta dos dados de 2011 e 2021.

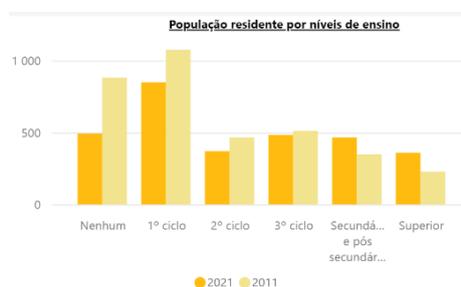
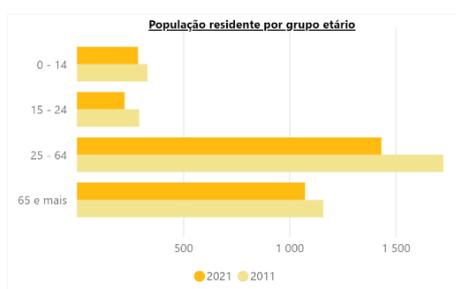


Tabela 1 - População residente por grupo etário (Censos 2021, INE)

Tabela 2 - População residente por níveis de ensino (Censos 2021, INE)

¹ Excerto de poesia e poema de autor português. Luís Vaz de Camões (1524 — 1580) foi um poeta considerado uma das maiores figuras da literatura lusófona e um dos grandes poetas da tradição ocidental.

Estes dados revelam uma contradição interessante de analisar e, por sua vez, uma dificuldade em dar resposta às novas necessidades e exigências da população jovem num concelho pequeno e limitado de recursos. Os resultados mostram que houve um decréscimo na população jovem entre 2011 e 2021, no entanto, verificou-se um aumento das qualificações da população jovem entre os respetivos anos.

Segundo o conceito de desenvolvimento social, é do interesse de todas as instituições públicas do concelho, garantirem os mínimos de qualidade de vida aos seus residentes, procurando em larga escala atender às necessidades de cada grupo etário, com objetivos tangíveis, procurando trabalhar e otimizar os recursos disponíveis. Este trabalho só será bem-sucedido se articulado com os órgãos do poder central, nomeadamente o governo e ministérios responsáveis pelas várias áreas que importam ser trabalhadas – educação, habitação, saúde, cultura e lazer.

Sendo jovem e vivendo em Marvão, considero estas variáveis essenciais para garantir o bem-estar e qualidade de vida dos jovens que cá vivem. Criar condições favoráveis para a fixação desta faixa etária só trará benefícios a longo prazo para o desenvolvimento social e económico do concelho.

A par da problemática identificada, há um método essencial que ajuda a criar as bases de intervenção necessárias – o Diagnóstico Social da população residente em Marvão. Entende-se por Diagnóstico Social um “processo de elaboração e sistematização de informação que implica conhecer e compreender os problemas e necessidades dentro de um determinado contexto, as suas causas e evolução ao longo do tempo, assim como os fatores condicionantes e de risco e as suas tendências previsíveis; permitindo uma discriminação dos mesmos consoante a sua importância, com vista ao estabelecimento de prioridades e estratégias de intervenção, de forma que se possa determinar de antemão o seu grau de viabilidade e eficácia, considerando tanto os meios disponíveis como

as forças e atores sociais envolvidos nas mesmas” (Idáñez & Ander-Egg, 2007, p. 27).

As vantagens de um diagnóstico social recente para a população em geral, são muitas – podemos considerar é um alicerce que constitui um bom plano de intervenção com um caráter dinâmico que possibilita compreender as causas dos problemas, permite ver a realidade e interpretá-la, identificar as vulnerabilidades, as ameaças, mas também as potencialidades e oportunidades. Tudo isto deriva do seu caráter sistémico, interpretativo e prospetivo (Guerra, 2002, p. 139)

Desta forma, seria importante antes de qualquer intervenção prática, identificar quais as necessidades das camadas mais jovens residentes em Marvão e perceber qual o caminho a seguir de acordo com os recursos disponíveis.

Lotação esgotada em Marvão?

Assistimos cada vez mais a um fenómeno que nos é familiar, mas creio que com tendência para aumentar com o passar dos anos. É certo que há fatores que não podemos controlar, mas há algumas variáveis que podem e devem ser trabalhadas pelos órgãos do poder local, nomeadamente a Câmara Municipal e Juntas de Freguesia.

É essencial garantir as condições mínimas para incentivar à fixação dos jovens no concelho e essas condições passam por assegurar a mínima qualidade de vida, como já identifiquei.

Mais do que identificar estas variáveis, é necessário problematizá-las e encontrar soluções conjuntas, junto da população e dos decisores políticos independentemente da cor política. É certo que a camada jovem não é prevalente face à população total do concelho, mas é uma amostra relevante.

No caso dos jovens, e falando enquanto tal, não sinto que haja espaço

paramuitos de nós. Onde está a cultura? Onde está a habitação? Onde está o emprego? E segundo os Censos de 2021, podemos verificar que apesar da diminuição dos jovens, por outro lado, a população com níveis de instrução superior tem vindo a aumentar ao longo dos anos. Isto pressupõe uma mudança de paradigma. Neste sentido, é importante acompanhar esta evolução e conseguir dar resposta a esta tendência. De ressaltar, que assistimos a nível nacional ao aumento cada vez maior de jovens detentores de cursos superiores e uma precariedade laboral cada vez maior. Por isso, não é apenas responsabilidade do poder local intervir, mas sim, de criar uma rede de trabalho junto do poder central, para que se possa dar voz aos problemas dos jovens do interior do país. Bem sabemos que estamos a falar de mudança estruturais complexas e que precisam de ser analisadas, planeadas e executadas com estrutura e coerência, daí a necessidade de elaborar um diagnóstico social atualizado que vá ao encontro que precisamos.

Antes de mais, importa perceber quais são as causas que levam os jovens a abandonar as suas áreas de residência à procura de condições laborais melhores, mais qualidade de vida e mais oportunidades. Para tal, seria necessário outro estudo complementar ao diagnóstico social para que estas afirmações fossem verificadas junto da amostra.

Segundo Paulo Baronet (2012), o despovoamento do território é uma realidade geográfica complexa, relacional e dinâmica. Como tal, determina processos complexos que configuram os espaços de vida. A construção social das trajetórias de saída resulta de uma relação complexa, articulada entre as oportunidades de emprego, as disposições individuais de crer e agir dos/as jovens adultos/as e as suas condições sociais objetivas (idade, sexo, estado civil, habilitações literárias, condição de classe, entre outros). Desta relação prevê-se a articulação de diversas lógicas de interpretação, que se constituem como elementos contextuais do modo como os/as jovens adultos/as definem as suas trajetórias de saída.

Outro fator que considero relevante trazer para este ensaio, é a falta de

interesse dos jovens na política, que por sua vez, leva a um descrédito e afastamento na tomada de decisões que sejam do seu interesse. Ao serem envolvidos em trabalhos e decisões importantes para o futuro das camadas mais jovens, desperta-lhes mais interesse e conseqüentemente poderão sentir-se mais valorizados. Esta minha análise não procura tomar uma posição, mas sim, alertar para esta situação que é cada vez mais uma realidade – há jovens no concelho – há que dar importância e dar voz aos seus problemas e dar-lhes espaço para poderem participar na política do concelho e na tomada de decisões que possam influenciar o seu futuro para melhor. Para tal, também é necessário que haja mais investimento nesta faixa etária para que se volte a acreditar que podem efetivamente fazer a diferença.

A necessidade de fixação das camadas mais jovens – da teoria à prática

Cativar as camadas mais jovens e envolvê-las na política social e económica das suas áreas de residência nem sempre é fácil – como já identifiquei, a falta de confiança pode gerar uma falta de interesse, por não se conseguir acreditar que as coisas vão melhorar ou evoluir. É preciso alterar este paradigma e fazer crer que os jovens são necessários e os melhores “motores de arranque” para gerar mudança. É preciso falar de temas complexos e necessário como a habitação – situação que permite aos jovens conquistar a sua independência e sentirem que têm oferta e oportunidade, é um passo importante para a sua emancipação. Mas para se dar este passo, é necessário que se criem condições para que haja oferta de casas, diga-se, a preços minimamente justos, para que casais jovens ou a título individual possam começar a constituir uma vida nova. Atravessamos tempos extremamente difíceis no que diz respeito ao mercado da habitação e esta medida parece remar contra a corrente, mas sem habitação não há fixação e sem fixação vão-

se embora os jovens com potencial que podem efetivamente constituir vida em Marvão. Outra questão que se coloca é o arrendamento de imóveis ou compra de lotes para construção – nem todos os jovens têm a ambição de comprar uma casa e generalizando a situação do nosso concelho, verificamos que há um défice enorme em casas para arrendamento e esse é um ponto negativo para a fixação dos jovens em Marvão.

A cultura é outro ponto fulcral na vida de todas as pessoas – e não restringindo esta temática somente às camadas mais jovens, mas abrangendo a todas as faixas etárias – a cultura é precisa! Estamos perante uma situação de passividade por parte das entidades responsáveis. Há uma ausência de cultura enorme em Marvão, não por falta de recursos, porque temos instalações para a realização de eventos e espetáculos culturais. Cultura é música, teatro, cinema, dança, leitura e tantas outras coisas. Há tanta forma e produzir e oferecer cultura à população e há ofertas para todas as idades – sem cultura não se vive ou vive-se mais pobre e falando em custos associados, estamos a falar de uma área que maior parte das vezes não sugere um investimento brutal para se mostrar o que de bom se faz por aqui. É um ponto fulcral e essencial para o desenvolvimento intelectual de cada um de nós.

Há tanto investimento nesta área que se pode fazer – programas mensais com elaboração de uma agenda cultural, aproveitando as novas instalações do Grupo Desportivo Arenense; mais dinamismo por parte das Juntas de Freguesia e maior articulação logística com a Câmara Municipal; melhor aproveitamento dos espaços verdes do concelho para espetáculos ao ar livre; sessões de cinema, sessões de teatro ou música ao vivo. Maior investimento na cultura é investir na fixação dos jovens.

Na área da educação a questão da inclusão e igualdade de oportunidades são fundamentais para garantir o bem-estar de todas as crianças ao longo do seu percurso escolar. Garantir a esta camada da população as condições necessárias para poderem estudar, trabalharem

e desenvolverem as suas capacidades é fundamental, bem como a valorização do seu esforço e trabalho. Fruto da minha experiência profissional, considero importante que exista um espaço aberto e equipado acessível a todos os estudantes para que possam estudar num ambiente calmo. Este espaço iria fomentar a motivação e participação dos jovens na vida escolar – seria fundamental um espaço que correspondesse às necessidades urgentes da atualidade – computadores, internet, secretárias, mesas de trabalho em grupo. Resumidamente seria uma sala de estudo que os jovens pudessem frequentar para além das instalações da escola.

No que diz respeito ao desporto, é de ressaltar a importância que o incentivo à atividade física tem na qualidade de vida e bem-estar físico e mental da população em geral. Apesar de existirem inúmeras formas de práticas de exercício físico sem recorrer a equipamento, é fulcral que haja um investimento nesta área com instalações desportivas e, acima de tudo, que essas infraestruturas sejam aproveitadas e conservadas quer pelo município quer pela população que as frequenta.

Em suma, este subcapítulo vem não só, demonstrar o potencial que o nosso concelho tem, como também vem ressaltar a importância que estes ramos têm no impacto da melhoria da qualidade de vida das pessoas e consequentemente gerando mais desenvolvimento social.

Considerações Finais

Se há cada vez menos jovens a quererem ficar em Marvão, há que identificar as causas e as consequências que poderão surgir. É preciso colocar questões claras - “O que faz os jovens quererem sair de Marvão?”; “O que podemos fazer para inverter esta tendência cada vez mais acentuada?”. A solução não pode passar pelo remendo do problema, mas sim, pela sua total resolução a longo prazo.

Por isso, este ensaio serve sobretudo para enaltecer o enorme potencial

que o concelho de Marvão tem, aproveitando os recursos já existentes e investindo cada

vez mais nestas áreas tão importantes e que fazem com que a população viva mais satisfeita e integrada em comunidade.

Falando especificamente no caso dos jovens, somos uma camada da população com uma necessidade de mudança cada vez maior e, por sua vez, somos uma geração muito resiliente, ativa e participativa. No entanto, há lacunas e uma delas é a falta de interesse generalizada pela política local, que leva muitas vezes ao abandono da sua área de residência, procurando melhores condições de vida, especialmente no litoral. O plano de ação deverá passar por dar resposta a estas necessidades cada vez mais emergentes e o primeiro passo para se conseguir agir é elaborar um Diagnóstico Social da População e perceber quais são as áreas mais carentes e que precisam de intervenção para captar esta faixa etária.

Os jovens são a peça fundamental para o desenvolvimento social, económico e político, por isso, não podem ser desperdiçados.

Bibliografia

Baronet, P. (Abril de 2012). Oficina do CES. (C. d. Coimbra, Ed.) *Porque se dá o despovoamento das regiões do interior: A construção social das trajetórias de saída*(383), p. 21.

Conceitos. (fevereiro de 2014). *Conceitos*. Obtido em 2022, de www.conceitos.com/desenvolvimento-social

Guerra, I. (2002). *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Ação - O Planeamento em Ciências Sociais*. Cascais: Principia.

Idáñez, M. A., & Ander-Egg, E. (2007). *Diagnóstico Social: conceitos e metodologias*

(3ª ed. revista e ampliada ed.). Porto, , Portugal: Rede Europeia Anti-Pobreza.

“INTRODUÇÃO

Durante os dias 26 e 27 de outubro de 2002, realizou-se o I Fórum Marvão, um encontro internacional público com vista a debater e promover ideias sobre a vila de Marvão e o seu decorrente processo de candidatura a Património Mundial da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Neste contexto, criou-se um espaço de reflexão onde questões como as problemáticas dos centros históricos, o valor patrimonial e cultural de Marvão, a afirmação das práticas de turismo rural e de natureza, o despovoamento das regiões interiores do país, entre outras, foram intensamente discutidas em prol da procura de soluções futuras e melhor aproveitamento do património histórico e cultural de Marvão.

Hoje, 20 anos mais tarde, Marvão continua em processo de candidatura a Património Mundial, mas nem por isso têm deixado de ser feitos esforços e empreendidas novas iniciativas com o objetivo de concluir a sua candidatura. Desta forma, a Assembleia Municipal de Marvão decidiu promover a comemoração dos 20 anos do I Fórum Marvão através de uma *Open Call* direcionada aos jovens do concelho de Marvão, em que lhes foi proposta a realização de trabalhos escritos de cariz não-científico onde pudessem expor as suas ideias e perspetivas para o desenvolvimento sustentável do concelho.

Neste sentido, enquanto natural e residente do concelho de Marvão e estudante de licenciatura em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, propus-me à concretização do presente trabalho escrito, intitulado “*Marvão não foi feito (só) para os turistas*”, tendo como objetivo principal apresentar propostas de cariz cultural e social que visem a preservação e o

melhor aproveitamento do património existente no concelho, tornando-o não só mais apelativo ao turismo nacional e internacional, mas sobretudo à própria população local, através da implantação de medidas concretas que incentivem o maior contacto entre a mesma e os seus espaços culturais e/ou históricos.

Desta forma, o trabalho desenvolve-se em duas fases distintas. Primeiramente, realizei uma síntese da história do concelho de Marvão, desde as suas primeiras comunidades autóctones até aos dias de hoje, destacando episódios e acontecimentos de maior relevância. Assim como direcionei alguns apontamentos exclusivamente ao castelo da vila, uma vez que o considero um dos principais marcos para elevar Marvão ao estatuto de Património Mundial. E, posteriormente, apresentei e defendi as referidas propostas em prol da preservação e melhor aproveitamento do património marvanense, subdivididas nas categorias de **Museus e Património** e **Educação**.

MARVÃO: A SUA FUNDAÇÃO E DESENLACE HISTÓRICO

O concelho de Marvão, situado no distrito de Portalegre, sub-região do Alto Alentejo, faz fronteira a Norte e a Leste com a vizinha Espanha e encontra-se no seio do Parque Natural da Serra de São Mamede, sendo banhado pelas águas do Rio Sever, um dos afluentes do Rio Tejo. Ora, os factos descritos dão-nos de imediato uma percepção da relevância histórica deste território.

A partir de estudos arqueológicos realizados recentemente, presume-se que desde finais do período Paleolítico que as terras de Marvão seriam habitadas por comunidades de caçadores-recolectores. Quando, durante o Neolítico e Calcolítico, o processo agropastoril começou a despontar e as comunidades humanas sedentarizaram-se, estas procuraram proteger-se nas encostas graníticas onde, hoje, se situa a vila de Marvão, iniciando-se nesse momento o povoamento

deste local.

Com a chegada dos Romanos e a instauração da *Pax Romana*, as populações que residiam nos montes e encostas, desceram até à zona do Vale da Aramenha, onde encontraramas terras férteis e os cursos de água, e, em meados do século I d.C., aí nasceu a cidade de Ammaia, pertencente à província romana de Emerita Augusta, atual Mérida. No entanto, entre os séculos V e IX, vários acontecimentos terão levado ao abandono da cidade e retorno às zonas altas do concelho. Existindo várias teorias sobre tal, supõe-se que, em simultâneo com a decadência gradual do Império Romano e as sucessivas Invasões Bárbaras, um possível cataclismo, causado pelo galgamento de uma barragem que abasteceria a cidade, terá inundado toda a sua parte baixa e, conseqüentemente, as populações viram-se obrigadas a deixar o vale e a proteger-se de novo nos rochedos de Marvão.

*"[...] o Monte de Amaia, conhecido hoje por Amaia de Ibn Maruán: é um monte alto e inexpugnável, a leste da cidade de Amaia-das-Ruínas, (sita) sobre o Rio Sever."*²

Será esta a mais antiga referência a Marvão e encontra-se escrita na crónica do historiador cordovês Isa Ibn Áhmad ar-Rázi, datada do século X, ou seja, aquando da ocupação Islâmica na Península Ibérica. A citação apresentada identifica a existência do Monte de Amaia, também conhecido, na época, por Amaia de Ibn Maruán, e em outros excertos da crónica é possível encontrar também referências à existência da "*Fortaleza de Amaia-o- Monte*"³, ou seja, o castelo. Considera-se que o historiador se tenha baseado em crónicas dos finais do século IX sobre as atividades bélicas de Ibn Maruán, o

² SIDARUS, Adel – "Amaia de Ibn Maruán: Marvão". *Ibn Maruán*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, nº

Câmara Municipal de Marvão, novembro de 1991, p. 13.

³ *Ibidem*.

fundador oficial e primeiro povoador da vila de Marvão, de quem deriva o nome da mesma. Ibn Maruán foi um *muladi*⁴ de nobre estirpe emeritense que se destacou, durante o último quartel do século IX, por se ter rebelado contra o Emirado de Córdoba⁵ e governado autonomamente toda a região do Ocidente Peninsular, que correspondia, na sua maioria, à antiga Lusitânia. Neste cenário, Marvão não foi a capital do seu território, pois essa seria Badajoz, mas foi o seu refúgio estratégico em momentos de instabilidade e ameaça ao seu domínio.

Já no período da Reconquista Cristã, é durante a campanha de 1160/1166, liderada pelo primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques, que Marvão terá sido conquistado aAlmançor, o então governante de todo o território do Al-Andaluz. E é em 1226, por ordem de D. Sancho II, que Marvão recebe o seu primeiro foral⁶, sendo também este um dos primeiros forais régios no Alentejo. Contudo, devido aos intensos conflitos entre Portugal e Castela para afirmação das fronteiras, é durante o reinado de D. Dinis que, com a assinatura do Tratado de Alcanizes⁷, Marvão vê os seus muros ampliados e a sua população reforçada, com o objetivo de servir como ponto estratégico na defesa do território nacional.

No início da Época Moderna, em 1512, D. Manuel I ordena a redação do novo foral de Marvão, que “[...] resulta de uma reforma administrativa ampla que pretendeu estabilizar a administração nacional e local e onde, também, se definiu um redimensionamento

⁴ Designação da época para autóctones da Península Ibérica convertidos ao Islão.

⁵ Emirado independente fundado na Península Ibérica entre 756 e 929, com sede em Córdoba e regido pela dinastia do Califado Omíada, o segundo dos quatro principais califados islâmicos estabelecidos após a morte de Maomé.

⁶ Cf. Município de Marvão / Concelho /História /Foral: <https://www.cm-marvao.pt/concelho/historia/foral/>.

⁷ Tratado de paz celebrado entre os reinos de Portugal e Castela em 1297, com o propósito de definir os limites do território continental português. Estipulava que certas localidades passavam definitivamente para o domínio castelhano e outras para o domínio português.

*territorial muito próximo daquele que conhecemos atualmente.*⁸, bem como um conjunto de importantes obras no concelho, como é exemplo a Ponte Quinhentista, localizada na aldeia da Portagem, hoje um dos principais pontos de interesse para quem visita Marvão.

Há distância de pouco mais de 13 km da fronteira com Espanha, a sua fortificação medieval⁹ provou ser um local estratégico de detenção e refúgio, bem como um extraordinário ponto de observação e vigilância, já que dominava uma das mais importantes vias de penetração dos exércitos do país vizinho com direção a Lisboa, a partir da vila espanhola mais próxima, Valência de Alcântara. A inserção estratégica de Marvão é clara: faz parte da primeira linha de detenção, pós Tratado de Alcanizes, que inclui, no atual distrito de Portalegre, as fortificações existentes entre Montalvão e Elvas. Edificado no cimo de uma crista quartzítica, a cerca de 900 metros de altitude, é considerado o mais roqueiro e o mais inconquistável dos castelos nacionais, representa uma obra contínua, uma sobreposição de fortalezas, tendo em conta que, como quase todas as fortificações de primeira linha de detenção, transformou-se ao longo do tempo, procurando responder às novas tecnologias de guerra.

Marvão foi, inclusive, palco de vários momentos de confronto e batalha em prol da proteção do reino, dos quais considero pertinente destacar:

A Crise de 1383-1385, quando o castelo foi tomado pelas tropas partidárias do Mestre de Avis e se sucedeu, no mesmo local, um renhido combate com as tropas partidárias de D. João I de Castela. Neste acontecimento, Marvão foi, a seguir à cidade do Porto, a primeira terra a aclamar o Mestre de Avis como Rei de Portugal.

⁸ FRUTUOSO, Víctor – “Nota de Abertura”. *Ibn Maruán*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, nº especial, *O Foral Manuelino de Marvão – facsimile – contexto, leitura e estudo material*, coord. de Jorge de Oliveira. Câmara Municipal de Marvão, junho de 2012, p. 5.

⁹ Cf. Município de Marvão / Concelho / Património / Monumentos / Fortificação – Castelo: <https://www.cm-marvao.pt/locais/fortificacao-medieval/>.

A Guerra da Restauração da Independência (1641-1668), tendo Marvão desempenhado um importante papel no controlo da fronteira e na defesa do Alto Alentejo, apesar dos dois ataques à fortaleza registados em 1641 e 1648.

A Guerra Civil (1832-1834), marcada pelo cerco realizado às tropas liberais, que se encontravam no interior do castelo, por parte das tropas absolutistas, e que durou desde dezembro de 1833 até março de 1834, momento em que as tropas liberais saem vitoriosas com o auxílio da população marvanense e de forças vindas de Espanha. Posteriormente, este acontecimento foi recordado e glorificado pela rainha D. Maria II ao atribuir o título de "*Muinobre e sempre leal vila de Marvão*"¹⁰, o mesmo que ainda hoje se lê no brasão de armas do concelho.

Em termos demográficos, há registos paroquiais¹¹ datados do ano de 1758 que dão uma imagem da vila de Marvão já quase deserta, e quando passamos para o século XIX, pior um pouco, pois com os avanços científicos, económicos e sociais que na época se fizeram sentir, Marvão deixou de oferecer o valor estratégico e a segurança que outrora teve, revelando-se pouco rentável para as populações permanecerem num local tão inóspito, quando os campos de cultivo e outros recursos se encontravam nas zonas baixas do concelho. Desta forma, Marvão chega, inclusive, a perder a sua sede de concelho, passando a integrar o concelho de Castelo de Vide, durante os anos de 1895 a 1898.

É com o pós II Guerra Mundial, principalmente a partir dos anos 60 e

¹⁰ GARRAIO AFONSO, José – “Marvão e a Filatelia”. *Ibn Maruán*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, nº

Câmara Municipal de Marvão, dezembro de 1992, p. 184.

¹¹ Cf. MACHADO, J. Liberata e GORJÃO, Sérgio – “O actual concelho de Marvão e suas freguesias nas Memórias Paroquiais de 1758”. *Ibn Maruán*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, nº 3. Câmara Municipal de Marvão, dezembro de 1993, p. 78.

70, que Marvão começa a ganhar destaque no setor do turismo e da cultura, gentes de fora que procuram o sossego e a tranquilidade do Alto Alentejo, apaixonam-se pela imponente paisagem que o castelo e as suas muralhas perfeitamente casadas com a rocha quartzítica proporcionam, assim como pela vila no seu interior tão bem conservada ao estilo medieval. Assim, Marvão vê as suas casas serem recuperadas quer para habitações de férias quer para habitações permanentes, o comércio local a renascer e a adaptar-se aos tempos atuais, bem como inúmeras outras atividades de lazer e atração turística a contribuírem para a preservação e propaganda do património e da cultura deste lugar tão singular.

APROXIMAR MARVÃO DAS SUAS GENTES

Enquanto estudante de História, reconheço que esta minha paixão se deve, sobretudo, ao local onde cresci, pois por todo o concelho de Marvão é possível observar monumentos e outros vestígios materiais provenientes das várias épocas históricas. Foi esta mística envolvente, em que se sente como se entrássemos numa máquina do tempo quando aqui chegamos, que me fez apaixonar pelo passado e querer aprender cada vez mais sobre ele.

No entanto, também ao longo da minha vida sempre escutei a população local sentenciar frases do género "*Marvão foi feito para os turistas*", assim como sei que existe uma larga percentagem de marvanenses que nunca foram ou foram pouquíssimas vezes aos pontos de atração mais afamados do seu concelho. Creio que esta situação se deve, na sua maioria, à falta de incentivos por parte dos órgãos do poder municipal em atrair os seus munícipes a explorar mais o local onde vivem e a sua história.

A escolha do título para este trabalho, "*Marvão não foi feito (só) para os turistas*", vai precisamente ao encontro desta problemática e à

procura de soluções para a mesma. Tendo reunido um conjunto de ideias e projetos que pretendem inovar a apresentação do património histórico-cultural de Marvão e aproximá-lo do seu público local, decidi abordar duas áreas com as quais trabalho frequentemente na minha licenciatura: **Museus e Património e Educação.**

MUSEUS E PATRIMÓNIO

A apresentação da história e cultura de Marvão passa em muito pela preservação e renovação dos seus espaços museológicos e patrimoniais, porém alguns destes espaços têm sido descuidados, não se adequando aos tempos atuais nem ao que o público espera dos mesmos. Assim sendo, idealizei alguns projetos a ser aplicados em espaços desta génese no concelho, dando-lhes uma nova vida e um novo propósito.

Em primeiro lugar, considero de cariz imperativo a criação do Departamento de História e Arqueologia na Câmara Municipal, para, assim, atribuir credibilidade à candidatura da vila de Marvão a Património Mundial pela UNESCO e às restantes iniciativas e projetos desenvolvidos por parte do poder municipal nesta área. Este é um departamento já existente em várias câmaras municipais do país, principalmente em municípios mais associados ao turismo de tipo histórico-cultural, de modo que acredito que possa ser uma mais-valia também para o desenvolvimento cultural, social e económico da Câmara Municipal de Marvão.

O segundo projeto a ser pensado consiste na renovação do Museu Municipal de Marvão, sediado na Igreja de St.^a Maria. Durante uma minha recente visita ao mesmo, percebi que este se encontra muito desatualizado face a outros contextos museológicos seus contemporâneos, com exposições redutoras, pouco interativas e sem um seguimento lógico. De facto, o seu espólio representa um valor

histórico incalculável, mas para que o público o veja dessa forma, precisa urgentemente de uma nova apresentação. A minha proposta passa, numa primeira instância, pela divisão do seu espólio em exposições representativas das várias épocas históricas, desde a Pré-História à Época Contemporânea, proporcionando ao público o seguimento de uma linha cronológica. Num momento posterior, considero necessário tornar o museu mais interativo através do uso de tecnologias de informática e comunicação, desde os áudio-guias ou guias multimédia que nos relatam o contexto de uma determinada exposição, aos suportes audiovisuais e ecrãs táteis que completam a informação sobre os artefactos expostos, às reconstruções 3D que nos permitem recriar o cenário de uma época ou a génese de um determinado objeto, até aos *flyers* do museu que levamos para casa. Acredito que, ao expor os factos de forma lógica e coesa e criar interatividade com o público, tornará mais fácil a assimilação da mensagem que este museu pretende passar: Marvão como um marco importante na construção da história de Portugal.

No mesmo contexto, surgiu-me também a ideia da criação de um museu destinado exclusivamente à temática do contrabando, uma vez que esta foi uma prática exercida no concelho desde a Idade Média, devido à sua proximidade com Castela, hoje Espanha. Contudo, pretendo atribuir um especial destaque ao século XX, sobretudo aos tempos do Estado Novo em Portugal, já que são vários os testemunhos ainda vivos que praticavam o contrabando durante esse período e é um tema relativamente próximo das gerações atuais. Para sede deste projeto, pensei em reaproveitar um edifício no concelho que pudesse estar desocupado ou ao abandono, e eis que me surgiu a Estação Ferroviária da Beirã-Marvão, hoje sem atividade devido ao facto da linha de comboio se encontrar inativa. Este museu recordaria, assim, os tempos do contrabando transfronteiriço através de um espólio de objetos relacionados com a temática, sendo os mesmos doados pela população marvanense e/ou pela Câmara

Municipal, e contaria igualmente com exposições interativas, como, por exemplo, a apresentação de testemunhos gravados em vídeo sobre a prática do contrabando no concelho de Marvão. Seria, portanto, um núcleo museológico contruído por e para os munícipes marvanenses.

A seguinte ideia que proponho não é da minha autoria, já há muito que é pensada, porém, nunca foi posta em prática e sinto-me no dever de a reforçar: a criação de uma rota do megalítico. O concelho de Marvão é riquíssimo em sítios arqueológicos pré-históricos, onde podemos observar extraordinários monumentos megalíticos, dos quais constam 3 menires e 24 antas. No entanto, muitos não são conhecidos pelo público devido ao seu difícil acesso e pouca divulgação. Este facto deve ser contornado através da limpeza e recuperação destes espaços, possibilitando a passagem a pé ou em transporte a quem os queira visitar, bem como o aumento da sinalização que indique onde se encontram estes monumentos e maior publicidade aos mesmos por parte da Câmara Municipal e do Posto de Turismo de Marvão.

EDUCAÇÃO

A educação é um outro meio que facilita a aproximação dos munícipes com as suas heranças patrimoniais, sendo, por isso, necessário dinamizá-la e valorizá-la. Para o efeito, pensei em medidas concretas que pudessem incutir na população do concelho uma educação mais aprofundada sobre a sua história e cultura.

Comecei por pensar numa medida mais direcionada a crianças e jovens, pois, sendo eles o futuro de Marvão, é uma faixa etária com a qual se deve ter especial atenção e dedicação. Neste sentido, proponho a criação de uma atividade extracurricular a ser lecionada às turmas de 1º ciclo do Agrupamento de Escolas de Marvão,

designada por "Laboratório de História e Arqueologia". Seriam aulas de cariz prático, onde os alunos aprenderiam o essencial sobre a história de Marvão através de visitas de estudos aos espaços históricos do concelho, sessões de trabalho de campo arqueológico, entre outras atividades lúdicas. Para o desenvolvimento deste projeto, proponho que o Agrupamento de Escolas de Marvão trabalhe em colaboração com a Câmara Municipal e com a Fundação Cidade de Ammaia,

Incentivo igualmente a inauguração daquela que seria a primeira Biblioteca Municipal de Marvão na atual Casa da Cultura, outrora o edifício da Câmara Velha. Uma vez que é neste mesmo edifício que se encontra o Arquivo Histórico Municipal, penso que faz todo o sentido complementar-se com a futura Biblioteca Municipal, para que os munícipes possam usufruir de ambos livremente e sempre que lhes for conveniente, possibilitando, mais uma vez, a interação com os seus espaços públicos culturais.

Como último apontamento, apelo à valorização dos jovens marvanenses formados nas áreas das Ciências Sociais e Humanas e do Turismo, pois são os que apresentam ter uma maior dificuldade em manter-se no concelho por não conseguirem desempenhar cargos e tarefas de acordo com o que estudaram. Logo, pondo em prática as propostas apresentadas, seriam criados novos postos de emprego que poderiam ser exercidos por estes mesmos jovens, que, ao serem formados nestas áreas de estudo, teriam o conhecimento e a aptidão para os dinamizar e expor ao público, melhorando, inclusive, a apresentação do património marvanense.

CONCLUSÃO

José Saramago escreveu num dos seus diários de viagem: "*de Marvão vê-se a terra toda*", e foi esta a principal característica que fez nascer

este povoado e lhe atribuiu tamanha conotação histórica. Hoje, com a sua fortaleza milenar e o casario de origem medieval que permanece quase inalterado, Marvão apresenta-se como um repositório de memórias sobre a construção de Portugal e da identidade nacional, sendo, por isso, uma das paragens obrigatórias quando se visita o Alto Alentejo.

Deste modo, concluo o presente trabalho com a convicção de que após tomadas as referidas medidas e propostas, a vila de Marvão estará mais perto de alcançar o estatuto de Património Mundial da Humanidade, atribuído pela UNESCO, assim como acredito que a sua população tenderá a estimular um sentimento de maior proximidade com o seu património local e contribuirá igualmente para a preservação e valorização do mesmo.

BIBLIOGRAFIA

I Fórum Marvão - Actas Património, turismo e despovoamento / descaracterização dos centros históricos, coord. de Domingos Bucho. Câmara Municipal de Marvão, outubro de 2005.

Ibn Maruán, Revista Cultural do Concelho de Marvão, nº 1. Câmara Municipal de Marvão, novembro de 1991.

Ibn Maruán, Revista Cultural do Concelho de Marvão, nº 2. Câmara Municipal de Marvão, dezembro de 1992.

Ibn Maruán, Revista Cultural do Concelho de Marvão, nº 3. Câmara Municipal de Marvão, dezembro de 1993.

Ibn Maruán, Revista Cultural do Concelho de Marvão, nº especial, *O Foral Manuelino de Marvão – facsimile – contexto, leitura e estudo*

material, coord. de Jorge de Oliveira. Câmara Municipal de Marvão, junho de 2012.

SÍTIOS DIGITAIS

Site Oficial da Câmara Municipal de Marvão: <http://www.cm-marvao.pt/>.

PAINEL 4: O DIAGNÓSTICO E A VISÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS SOBRE OS ATIVOS DO TERRITORIAIS

Jaime Miranda - Grupo municipal do Partido Socialista

(apresentou uma comunicação oral)

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

André Barrigas - Presidente da Assembleia Municipal de Castelo de Vide

(apresentou uma comunicação oral)

Luis Romão - Presidente da Assembleia Municipal de Portalegre
(apresentou uma comunicação oral)

Albino Almeida - Presidente da Associação Nacional das Assembleias Municipais
(apresentou uma comunicação oral)

Jorge Marques - Presidente da Assembleia Municipal de Marvão
(apresentou uma comunicação oral)